

ATA DA 305ª PLENÁRIA ORDINÁRIA do CEAS-MG, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2025. Aos 21 de março de 2025, às nove horas da manhã, na plenária da Casa de Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, nº 558, centro, Belo Horizonte-MG, realizou-se a tricentésima quinta plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, coordenada pelo presidente Marcelo Armando Rodrigues. Estavam presentes **os conselheiros/as titulares:** Jennifer Danielle de Souza Santos representante do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND. Marcelo Armando Rodrigues, representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Rosalice Tassar de Almeida, representante do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo. Luiz Carlos de Castro Fernandes, representante da Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI. Lais Alexandre da Silva representante do CMAS de Ipatinga. Fernanda Regina da Silva representaisacnte do CMAS de Campanha. Simone Maria da Penha de Oliveira representante do Coletivo Flores de Resistência. Isac dos Santos Lopes representante da Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce. Elder Carlos Gabrich representante da SEDESE. Flavio Christian de Assis Miranda representante do CMAS de Ipatinga. Cleuza Maria de Oliveira representante Secretaria de Estado de Educação, Cristiane Aguiar Vieira representante da Secretaria de Estado da Saúde. Estavam presentes **os conselheiros/as suplentes em condição de titularidade:** Ludmilla Lamartine de Souza representante do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, CRESS-MG. Juscelina Mendes Nunes representante CMAS de Guanhães. Wellington Donizete Marques de Lima, Leon representante do Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba. Altair Rabelo representante da Associação Berg Vingren de Assistência Social.. Anália Romeiro de Paula representante do Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Patrícia Pinto Valadares representante da Federação das Apaes. Matheus Borges Gonçalves representante do Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Ester Rodrigues Espeschit, representante da SEDESE. Anna Karla Ribeiro Silva representante da SEAPA. Thomás Pereira de Sá Carvalho representante da SEPLAG. Estavam presentes os **conselheiros/as suplentes:** Sandra Regina Ferreira Barbosa representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, SINTIBREF. Macielle Cristina Botelho Vital representante do CMAS de Teófilo Otoni. Ernane Gonçalves Maciel representante do CMAS de Montes Claros. Estavam presentes como convidados: Gabriele Sabrina da Silva, Marcela Santos, Rosilene de Fátima Teixeira de Oliveira, Sofia Benfica Blaso de

Souza, Suzane Horta, Mariana de Resende Franco, Roberta Kelly Figueiredo, Livia Pinto de Almeida Pessoa, Cristiano de Andrade representantes da SEDESE. **Marcelo, OAB:** Equipe técnica da SEDESE presente sejam todos bem vindos por favor. **Poliana, Secretaria Executiva** Bom dia. Poliana, Secretaria Executiva. Representando o Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND, Jennifer Danielle de Souza Santos. Justificou a ausência, né? Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais, CRESS-MG, Ludmilla Lamartine de Souza, assume a condição de titularidade.. **Poliana, Secretaria Executiva:** Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. **Marcelo OAB:** Vai chegar um pouco mais tarde. **Poliana, Secretaria Executiva** APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. Também justificou ausência. Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** ABVAS, Altair Rabelo. **Altair:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Assume a condição de titularidade. Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva** Assume a condição também de titularidade. Federação das Apaes, Patricia Pinto Valadares. **Patricia:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Assume a condição de titularidade. CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Lais:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Fernanda Regina da Silva. **Poliana, Secretaria Executiva:** CMAS de Guanhões, Juscelina Mamedes Nunes. **Juscelina:** Presente.

Poliana, Secretaria Executiva: CMAS de Teófilo Otoni, Macielle Cristina Botelho Vital. **Macielle:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** A Juscelina Mamedes assume a condição de titularidade enquanto o titular não chega, Juscelina. **Poliana, Secretaria Executiva:** Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. **Poliana, Secretaria Executiva** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba, Wellington Donizete Marques de Lima, Leon. **Wellington:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva** Assume a condição de titularidade. Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Matheus Borges Gonçalves.

Matheus: Presente. **Poliana, Secretaria Executiva** Assume também a condição de titularidade. SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva** SEDESE, João Paulo Freire Jardim. Justificou ausência. SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. Também justificou ausência. SEDESE, Ester Rodrigues Espescht. **Ester:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Assume a posição de titularidade. SEAPA, Alexandre Soares Moreno Filho. Justificou ausência. **Poliana, Secretaria Executiva:** SEAPA, Anna Karla Ribeiro Silva. **Anna:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Assume a condição de titularidade. Secretaria de Estado de Educação, Cleuza Maria de Oliveira. **CLEUZA:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado da Fazenda, Nelma Barbonaglia da Silva. SEPLAG, Solimar Assis. Justificou a ausência. SEPLAG, Thomás Pereira de Sá Carvalho. **Thomás:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Em condição de titularidade. Secretaria de Estado da Saúde, Cristiane Aguiar Vieira. **Cristiane:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado da Saúde, Leticia Dufloth Bianchini. Justificou a ausência. CMAS de Ipatinga, Flávio Christian de Assis Miranda. **Flávio:** De Assis. **Poliana, Secretaria Executiva:** De Assis Miranda. **Flávio:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva** CMAS de Coronel Fabriciano, Karla Martins Carvalho. Justificou a ausência. CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Assume a condição de titularidade. CMAS de Montes Claros, Ernane Gonçalves Maciel. **Ernane:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva** Nós temos 18 membros à Mesa. **Marcelo OAB:** Sim, mas é importante conferir as representações de usuários, representações de entidades, porque você foi falando, eles foram chegando, e aí a gente tem que verificar o certo. Por favor. **Poliana, Secretaria Executiva** Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, CRESS-MG, Ludmilla Lamartine de Souza. **Ludmilla:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva** Assume a condição de titularidade. **Poliana, Secretaria Executiva:** A Sandra Regina Ferreira Barbosa? **Poliana, Secretaria Executiva:** De entidades, a Andrezza dos Reis, ela chegou? **Rosalice:** Não. **Poliana, Secretaria Executiva:** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **ISAC:** Presente.: Então nós temos 18 representações. **Poliana, Secretaria Executiva** Isso. **Marcelo OAB:** Ok. Portanto, nós temos quórum para deliberação de pontos que exigem quórum qualificado. **Marcelo OAB:** Bom, nós temos a pauta, conselheiros e conselheiras. A primeira pauta será prestação de contas do quarto trimestre de 2025 e, conseqüentemente, a minuta de resolução dessa prestação de

contas; segundo, deliberação sobre o objeto da... da execução do objeto do Convênio 817319/2015, celebrado entre o MDS e SEDESE; três, Planejamento Anual das Qualificações de 2025 ao CEAS-MG com a minuta de resolução; quarto ponto, primeira revisão anual do PEAS, minuta de resolução; indicação de... quinto, indicação de conselheiros para palestrar nas conferências municipais; seis, Conferência Estadual, minuta de resolução das pré-conferências 2025; Comissão do Processo Eleitoral. .

Marcelo OAB: Minuta de resolução da Comissão do Processo Eleitoral. Pergunto se temos alguma outra pauta a acrescentar. Não tendo, podemos aprovar essa pauta? Ok? Levanta o crachá, por favor. Aprovado por unanimidade. Vamos então, já de imediato, aos informes. A nossa... a companheira que participou do CNAS, a Fernanda, ela ainda não chegou, então vamos para o segundo: capacitação de Poços de Caldas.

Isac,

Ccqamrd: Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. A gente esteve lá em Poços de Caldas, né, com três conselheiros, participando da capacitação, e por alguns problemas não foi possível ter a Secretaria Executiva presente conosco, né, mas acabamos conseguindo fazer a capacitação. Tivemos muito apoio, principalmente da SEDESE regional, né, um engajamento muito grande lá da Diretoria Regional da SEDESE, e foi um encontro que teve uma participação muito numerosa, né, dos Conselhos Municipais e também uma participação muito qualificada no sentido da interação com os conselheiros durante as apresentações. Então, foi possível a gente discutir os temas que propusemos, e discutimos, discutimos mesmo, assim, o povo conversou bastante. E aí, entre os assuntos, assim, que mais chamou a atenção, assim, para mim na participação do pessoal foi a discussão sobre a inscrição de entidades nos Conselhos Municipais, que, assim, o pessoal tinha bastante dúvida e bastante interesse também — inclusive, a Comissão de Apoio tratou desse tema de uma questão que surgiu lá, a gente vai apresentar aqui mais tarde, e também teve bastante discussão sobre a participação da sociedade civil, sobre orçamento, sobre estratégias para usuários participarem dos Conselhos Municipais e demais momentos. Assim, um detalhe que eu achei negativo é que das mais de 140 pessoas que estavam presentes na participação, só tinham 3 representantes de usuários, né, lá, dos Conselhos Municipais, né? E, assim, foi bastante... Questão do controle social mesmo que a gente discutiu, dentro da comissão a gente conversou ontem algumas coisinhas que chamaram mais atenção no decorrer da capacitação, e acho, assim... Em resumo, foi isso. No relatório acho que algumas coisas dessas vão aparecer. Ah, teve uma outra coisa que chamou muito a atenção, né, que a gente discutiu com a... Tinha um dos municípios que falou que o Conselho tinha

estabelecido que só a sociedade civil seria presidente do conselho. Então, esse foi um tema que chamou a atenção demais. A gente discutiu, aí eles explicaram o motivo, mas a gente explicou que isso não é o correto, que precisa haver a alternância, por mais que precisemos ampliar a participação da sociedade civil, a alternância entre... nos espaços de poder também é uma coisa que o controle social prega, né? Mas tivemos um debate interessante. Foi tudo construtivo. Acho que Macielle também acho que vai completar com mais alguma coisa, né, porque teve algumas observações diferentes também, mas, em resumo, foi isso. **Macielle, Cmas de Teófilo Otoni:** Macielle, CMAS Teófilo Otoni. Não, só para complementar que a gente viu a importância do CEAS estar cada vez mais próximo das regionais, porque a gente vê a necessidade, né? Assim, apesar de ter muita participação, o pessoal ter trazido às vezes até informações que até nós não... desconhecíamos, a gente via a necessidade de o CEAS trazer mais atividades desse porte para os municípios, para o CMAS, viu, porque tem um... tem locais ou pessoas que têm conhecimento, mas às vezes tem receio. Surgiu muita fala assim: “Ah, mas, às vezes, se eu me posicionar de tal maneira, o gestor talvez não vá aceitar”. Então a gente vê, assim, que por mais que tenha conhecimento, tem receios de participar, de se posicionar, de fazer valer o papel do conselho... como conselho, né, no controle social dos seus municípios. Então, acho que fortalece... essas atividades fortalecem os Conselhos Municipais nessa participação. Então, acho que a gente pode pensar mais atividades voltadas para estar mais perto das regionais e dos Conselhos Municipais. É isso. falar alguma coisa? Ah, só reforçar... Esqueci de um detalhe. A Leticia não está aqui, mas foi bastante positivo também o tema levado sobre a questão das mesas... Como é que fala? Esqueci o nome. Diálogo? A mesa de diálogo, né, a questão dos trabalhadores. Foi um tema que a Leticia levou da Comissão de Política, né, que foi uma novidade dentro da atividade que a gente já vem promovendo, e tivemos uma receptividade muito positiva, né? O pessoal encarou como uma boa novidade. E, na verdade, a gente sabe que nem é uma novidade, porque na própria LOAS, ela vem regulamentada, essas mesas, essas mesas de discussões. Então, acredito eu um conselheiro, né, pode ser da Comissão de Política, em outras atividades desse porte deve estar presente, ok? **Lais, Cmas de Ipatinga:** Lais, CMAS Ipatinga. É porque eu queria pedir desculpa para vocês, é que passou despercebido e eu gostaria de colocar um ponto na pauta. é porque... Eu estou pedindo desculpa, que passou despercebido, eu gostaria de colocar um ponto na pauta, ver se é possível essa inserção, que é o Seminário Nacional dos Trabalhadores do SUAS. É informe ou é ponto? **Lais, Cmas de Ipatinga:**

É um ponto. **Marcelo OAB:** Conselheiros. **Lais, Cmas de Ipatinga:** Que eu achei que seria informe, mas é ponto. **Marcelo OAB:** É Marcelo, OAB. Conselheiros, nós já aprovamos a pauta, mas eu pergunto aos conselheiros se nós podemos fazer a inclusão desta pauta neste momento, apesar de já ter aprovado a pauta. Podemos? Pergunto aos conselheiros. Por favor, levantem o crachá. **Lais, Cmas de Ipatinga:** Sim. Obrigada. **Marcelo OAB:** Aprovado. Nós temos o prazer hoje de receber Cristiane Gomes Mattos, representante governamental do Conselho Municipal de Campanha. Seja muito bem-vinda, Cristiane. Contamos muito com o seu trabalho aqui no Conselho Estadual. Você tem a palavra. **Cristiane, Cmas de Campanha:** Bom dia. Eu gostaria, né, de, em um primeiro momento, agradecer a oportunidade de fazer parte desse conselho, dizer que é uma honra um município como Campanha, de pequeno porte 1, a gente ter duas representantes aqui. Então fico muito honrada dessa oportunidade. E podem contar com o meu compromisso, com a minha responsabilidade. Obrigada. **Marcelo OAB:** Sinta-se empossada então. Seja muito bem-vinda. **[Aplausos]** **Marcelo OAB:** Cristiane, você tinha assinado um termo de posse agora há pouco, mas nós vamos ter que refazer, então eu peço que você assine novamente. Temos um outro informe: 2º Encontro do Fórum de Usuários do SUAS. **Simone CFR** ver os meninos também. Ontem eu falei bastante. Deixar que vocês falem, por favor. **Isac, Ccqamrd:** Bom, Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. Aí vou tentar falar também de forma resumida e pedir aos colegas que complementem, né, porque eu sempre esqueço alguns detalhes. Então, ontem a gente passou o dia com a parceria da UAI, com a Secretaria Executiva e os conselheiros representantes de usuários e mais diversos usuários do SUAS que estão espalhados pelas regionais de Minas Gerais. Então, a gente teve o dia bem produtivo, né? Conseguimos dar conta da maioria das tarefas que a gente tinha para ontem, faltou uma coisinha que a gente já está... já começou a encaminhar lá e estamos terminando de fazer entre os usuários, mas a gente conseguiu trabalhar o regimento, trabalhar as eleições que precisávamos, trabalhar os momentos de diálogos, de capacitação, de usuário para usuário, de professor com usuário, né? A gente teve a presença da Márcia Mansur lá, a gente teve a apresentação teatral do Grupo Mobs também, que ajuda muito o SUAS. É muito conhecido aqui em Belo Horizonte, mas que já tem um histórico aí de parcerias com o CEAS que é muito importante. Tivemos também a presença do Elder pela SEDESE, pelo CEAS, representando na Mesa Diretora, foi bacana. E agora a gente já está encaminhando para ficar o Fórum Estadual de Minas Gerais bem legal, né, junto com o Fórum Nacional de Usuários, e a gente começar a intensificar os nossos trabalhos

aqui no estado em apoio ao segmento de usuários nos diversos municípios de Minas e nas regionais. Então, a gente agradece muito, né, ao CEAS, todos os segmentos que compõem o CEAS, que abraçaram a causa com a gente, né, apoiaram a demanda da SEDESE, agradece também a SEDESE com o apoio que a gente teve. A gente teve alguns probleminhas durante a... que dificultaram a participação de alguns usuários, mas embora isso tenha afetado significativamente, a gente conseguiu concluir a maioria dos nossos trabalhos. Então a gente agradece muito a vocês. Os outros que quiserem complementar aí, agradeço. Marcelo, OAB. Muito obrigado, Isac. **Wellington,** Fmldusuas.: Marcelo, licença. **Marcelo OAB:** Desculpe. **Wellington:** Wellington, Leon, Fmldusuas. Bom, acredito que grande parte daquilo que realmente aconteceu o Isac ali, ele colocou, e eu quero passar aqui aquilo que foi acordado, né, entre nós, usuários, o GT e também a Secretaria Executiva. Ali a gente tentou da melhor maneira na questão da prestação de contas, porque a gente sabe o quanto isso é moroso, o quanto isso depois traz alguma certa complicação. Então ali, de alguma maneira, a gente se mobilizou para que isso acontecesse. E analisando num modo geral o encontro, acredito que todos os objetivos que nós tínhamos colocado no papel, vamos dizer assim, foram alcançados. Como o Isac diz, só existe um... algo que já está sendo providenciado, uma reunião on-line, onde nós estaremos discutindo, que seria a carta, certo? Porém, no entanto, a coordenação do FEUSUAS SUAS foi aí construída e também aqueles que vão representar o Fórum Estadual na Nacional. É isso. Obrigado. **Marcelo OAB:** Próximo informe: trimestral CNAS. Fernanda. **Fernanda, Cmas de Campanha :** Fernanda, CMAS de Campanha. Bom dia a todos, gente. Foi muito proveitosa, né, a reunião lá no CNAS. Teve muitos assuntos, entre eles o principal foi a respeito da conferência. Então, eles estão... A conferência eles querem fazer baseada sobre o Plano Decenal de Assistência Social, que vai terminar agora, em 2025 e 2026. Então, como foi muito pouco trabalhado, muito pouco falado, eles querem aproveitar as conferências desse ano para poder trabalhar em cima desse plano, que já foi feito de 2016 até 2026, e já... nas conferências já tirar trabalhos, já tirar a proposta para fazer o terceiro Plano Decenal. Então, a conferência vai ser mais ou menos baseada sobre isso. E também tem algumas questões que foram colocadas, que eles colocaram como primordial para essa conferência, que primeiro seria que fosse, no mínimo, dois dias, até mesmo as conferências municipais, né? Eles acham que três turnos seria o ideal, mas que fosse, no mínimo, dois dias cada conferência, tanto as municipais, como as regionais, como a estadual. E com isso também eles colocaram como primordial a questão de os usuários

terem como comprovar que realmente são usuários para a gente... para não ter aquela questão de ir trabalhador de outros segmentos no lugar dos usuários. Então eles querem que já seja válida para essa conferência essa questão. E também eles colocaram uma questão de cota: 30% das pessoas que forem participar, né, nas conferências que seja a respeito... que seja a partir de cotas, 30% da cota tem que ser direcionado para cota, 30% das vagas tem que ser direcionado para as cotas, que também tem que ser válido para esse... para a conferência desse ano. Então, eu acho um pouco complicado. E isso é válido desde o município, é para valer... essas coisas são para ser colocadas desde a conferência no município, depois nas regionais e, depois, nas estaduais, para chegar na nacional. Eu acho um pouco... eu, Fernanda, acho um pouco difícil de a gente repassar isso para os municípios, né? Está muito em cima da hora. Até a questão do 30% ele pediu para... eles pediram para ser colocado no Regimento Interno do Conselho, né? Eu acho que é uma coisa que está muito em cima da hora para ser trabalhada, principalmente a questão do regimento, né? Aí eu não sei como é que vai ser feito, mas é uma coisa que a gente tem que parar, pensar antes de soltar o material para os municípios, né, porque a direção vem de nós, e foi uma coisa que eles colocaram como critério para a conferência desse ano. Então é uma coisa que a gente... nós, do GT, vamos ter que trabalhar muito por esses dias antes de soltar todo o material. E uma questão que eles colocaram lá também foi a respeito das regras que são para as... que servem para a rede pública de atendimento, também tem que valer para as redes que atendem... para as entidades que atendem através do SUAS. Porque tem algumas entidades que nem sempre fazem a mesma regra dos atendimentos do SUS, né? Aí eles também 'primordiarão' isso, pediram para que fosse vista, né, dentro dos conselhos essa questão com as entidades, que as regras que são válidas para o atendimento público sejam válidas para as entidades também. E uma questão que também foi levantada é a respeito do benefício eventual, que muitas das vezes vai lá, né... Vou citar o que eles citaram lá: a questão do atendimento quando é um funeral, né, que vai lá, oferece todo o funeral e tudo mais, mas depois para ali, não procura saber se quem... se a pessoa que faleceu é o provedor daquela família, se foi a mãe, né, como é que ficaram os filhos, né, e não tem um atendimento para o depois. Então, eles pediram que tivesse essa atenção também, né, que os atendimentos do benefício eventual não fiquem só naquela primeira etapa, mas que seja feito todo o controle ali dentro, ver o que mais aquela família precisa, se precisa de mais algum atendimento, e que esse atendimento seja feito. Porque eles falaram que não adianta a gente fazer uma parte e deixar a outra sem fazer,

que muitas das vezes a gente atende fazendo funeral, essa parte que a família não pôde, mas depois... não tem o acompanhamento do depois, que às vezes é muito mais necessário do que só o funeral. Então, essas foram as pautas mais debatidas, mais faladas lá, e o principal que foi levantado lá foi essa questão das conferências, né, que a maioria achou difícil essa questão, tanto da comprovação do usuário quanto a questão das cotas de 30%, ainda mais para ser válido desde as conferências municipais, que já está batendo na porta, né? Aí a gente põe aqui. **Marcelo OAB:** Tá. Não, muito obrigado. Marcelo, OAB. Muito obrigado, Fernanda. Considerando que o sexto ponto nosso é Conferência Estadual e a gente vai tratar de outros pontos referentes à conferência, então eu peço àqueles que se inscreveram a gentileza de aguardar e a gente debater sobre isso no ponto específico da conferência, tá bom? O próximo informe é sobre o FEM, não é, o grupo coordenador do FEM, e depois CIB. **Matheus, Movimento LGBT de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Nós tivemos, na última semana, a sexta reunião do grupo coordenador do FEM. Foi uma reunião que, em um primeiro momento, houve um indicativo para que ela se realizasse de maneira presencial, mas houveram contratempos que a gente vai precisar, inclusive, discutir dentro do grupo coordenador sobre as garantias, para que haja a participação das representações dos conselhos da sociedade civil que compõem o grupo coordenador para participar de uma reunião on-line. A gente recebeu... a gente tem um indicativo dentro do CEAS positivo, que pode garantir a nossa participação, mas acaba que os outros conselhos já têm seus orçamentos já comprometidos, muitas das vezes em que seus representantes participem apenas de suas plenárias ordinárias, algo que já é organizado e estipulado por um calendário. Então, a gente... na próxima reunião do grupo coordenador, que vai acontecer de maneira extraordinária na próxima semana, a gente vai levar essa pauta, porque a gente precisa discutir as formas de garantia de participação presencial da sociedade civil dentro desse espaço tão importante. Nós tivemos, nessa sexta reunião, uma apresentação... A gente continuou ainda a debater o orçamento de 2025. A gente teve uma apresentação que trouxe o que cada secretaria... como cada secretaria vai fazer as alocações, as destinações dos recursos no que cabe o Fundo de Erradicação da Miséria. A gente, enquanto sociedade civil, que representa e está presente de maneira unida, apesar que a gente ainda está com um conselho faltando, um conselho que a gente ainda está em um trabalho muito difícil de tentar localizar, a gente produziu uma nota a partir da informação que a gente teve da apresentação da alocação de recurso pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais para o

financiamento de comunidades terapêuticas. A gente teve um debate muito intenso sobre isso na reunião, a gente, logo após, produziu essa nota, essa nota já foi socializada com todos os pares aqui do Conselho no grupo. A gente vem hoje — eu, Jennifer, que justificou, mas que também se faz presente na representação do FEM — submeter ao Conselho para verificar a possibilidade da assinatura do Conselho para somar às outras representações. A gente espera que nessa próxima reunião o governo traga uma alternativa, porque foi apontado inclusive pela pessoa da secretaria que fez a apresentação o quanto é problemático, o quanto o próprio Conselho Estadual de Saúde já se posicionou, o próprio CNAS já nos deu vários indicativos sobre essa questão das comunidades terapêuticas, e a gente, inclusive, apontou, enquanto sociedade civil, a gente não ficou só no reclame, só na queixa de questionar porque... “Ah, por que está mandando para comunidade terapêutica?”. A gente apontou uma alternativa que seria pensar esse recurso para a RAPS, que é a Rede de Atenção Psicossocial, mas acabou que, apesar de todos esses elementos, e isso é ‘trago’ muito bem na nota, ainda assim permanece o indicativo e a insistência de continuar financiando as comunidades terapêuticas, comunidades terapêuticas essas que nós questionamos como está sendo o trabalho de fiscalização. E não houve uma resposta plausível. Disseram que talvez na próxima reunião vão trazer encaminhamentos e algumas coisas sobre isso, mas a gente traz também, na nossa nota, todo um retrospecto de comunidades que foram fechadas, das violações de direito gravíssimas que acontecem nesses espaços e o quanto a gente, enquanto sociedade civil dentro desse grupo coordenador, tem que ter muita responsabilidade com a nossa atribuição, que eu gostaria até de ler um trecho aqui, que é a aprovação anual de plano de trabalho contendo a discriminação das dotações orçamentárias do FEM, das receitas resultantes da aplicação, e aqui tem mais detalhes. Então, é responsabilidade desse grupo definir para onde vai esse recurso. E a gente acredita e a gente está muito comprometido com a erradicação da miséria, e aí a gente conta e submete agora ao Conselho para verificar a possibilidade da assinatura, para somar a esse movimento muito importante. E aí, qualquer dúvida, sendo possível, a gente responde. Marcelo, OAB. Essa demanda que... Matheus. Matheus. **Marcelo OAB:** Matheus, essa demanda que você apresenta seria a nota... uma nota de repúdio sobre a situação ocorrida? **Matheus, Movimento LGBT de Cláudio Movimento LGBT de Cláudio:** Isso. **Marcelo OAB:** Essa nota passou pela Comissão de Política? **Matheus, Movimento LGBT de Cláudio:** A gente fez o encaminhamento no grupo geral do Conselho. **Marcelo OAB:** Pois é. Porque eu penso que deveria passar pela

análise da Comissão de Política, a Comissão de Política dando o entendimento dela, para que nós possamos ter condições para, nesta plenária, votarmos, neste momento, a não ser que a Comissão de Política tenha já um entendimento. Posso falar? Ester, Sedese: Ester, da SEDESE. É só uma questão de... Prazo. Ester, Sedese: De tempo, né, de prazo.: Isso. Ester, Sedese: Porque parece que ele falou que a reunião... vai ter uma extraordinária semana que vem. Ludmilla, Cress-MG: Ludmilla, CRESS. Bom, então eu proponho, né... que essa foi uma representação importante que o Matheus e a Jennifer fizeram, né, uma pauta importante, a gente vem discutindo a questão do fundo, do financiamento, né, direcionamento de recursos realmente para as ações de assistência social durante todo o mandato, acho que esse é o nosso principal gargalo. Então, acho que diante dessa possibilidade, né, de o prazo de uma plenária já na semana que vem, eu proponho a leitura da carta de forma conjunta, para que a gente possa definir pela assinatura do Conselho Estadual. Marcelo OAB: Todos de acordo, conselheiros? Por favor, você faz a leitura então. Matheus, Movimento LGBT de Cláudio : Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. “Nota de repúdio à alocação de recurso pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais para o financiamento de comunidades terapêuticas. As entidades que subscrevem esta nota vêm denunciar e repudiar o repasse pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) no valor de R\$ 12.729.968,00 para o financiamento de comunidades terapêuticas em Minas Gerais”. Simone, CFR: por favor, desculpe, mas envia... Simone, Coletivo Flores de Resistência. Envia para ser projetada, por favor, que acho que fica mais fácil para a gente acompanhar. : Já está no grupo do CEAS. Está no grupo. Marcelo OAB Está no grupo do CEAS. No grupo geral do CEAS. Marcelo OAB: Pode... Só aguardar um minuto. Matheus, Movimento LGBT de Cláudio : Eu enviei novamente agora no grupo. Matheus, Movimento LGBT de Cláudio : Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Acho que vai precisar aumentar para ajudar na visualização. Vou continuar de onde eu parei, a partir de “a verba é advinda...”. “A verba é advinda do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM), criado pela Lei Estadual 19.990/2011 e cujo objetivo é custear programas e ações sociais de erradicação da pobreza. Nesse contexto, a SES faz a pior escolha: ao invés de investir no SUS, na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e no tratamento público de qualidade e em liberdade, aposta suas fichas em CTs, instituições privadas de cunho religioso que não compõem a Política de Saúde nem de Assistência Social, possuem duvidoso potencial terapêutico e são sistematicamente violadoras de direitos. Os recursos do FEM devem ser destinados para os municípios e os órgãos e as entidades

da administração pública estadual e municipal para aplicação em programas e ações que atendam as finalidades dispostas em lei. A liberação de recursos do fundo fica condicionada à aprovação pelo grupo coordenador, que é composto por representantes de órgãos do Executivo, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pela sociedade civil, e que só muito recentemente passou a atuar. Nos últimos anos, em função de intensa fiscalização e acompanhamento por parte da ALMG e sociedade civil, foram identificadas inúmeras situações de desvio de verba do FEM por parte do estado, além de falta de transparência quanto às ações e programas que recebem o recurso. Nesse contexto, à 6ª Reunião Ordinária do grupo coordenador do FEM foram apresentadas as propostas de aprovação do orçamento para 2025, ocasião em que a SES informou que faria o repasse advindo do FEM para três ações, dentre as quais a manutenção de 42 unidades de comunidades terapêuticas em Minas Gerais. Em nova reunião ocorrida em 13 de março de 2025, a secretária de estado adjunta de Saúde Poliana Cardoso Lopes relatou que a Secretaria de Estado de Saúde ‘não entende que CT é um ponto da RAPS. Isto é claro aqui, para a gente’, mas tem ‘noção que colocar simplesmente mais recurso apenas na RAPS não é suficiente para a gente conseguir de imediato já todos os pontos de atenção, todos os serviços’. Complementa que ‘há uma alta demanda por serviços destinados a pessoas em uso prejudicial de álcool e outras drogas, e alguns municípios não dão conta de implementar os serviços da RAPS apenas com investimento financeiro, pois também precisam de profissionais e capacidade de gestão. Então, a Secretaria de Saúde está propondo a aplicação desse recurso na CT de forma transitória, até que a gente consiga realmente fortalecer a RAPS’. _Entendemos que o posicionamento da SES é, no mínimo, incoerente e apresenta nefastas contradições. Vejamos: apesar de reconhecer que as CTs não integram a RAPS, conclui pelo investimento nas referidas instituições, apesar de relatar que o fortalecimento da RAPS depende de mais ações para além do financiamento; opta por não financiar e nem fazer o além necessário, deixando os serviços substitutivos sem opções de expansão e fortalecimento. É de amplo conhecimento público o repasse financeiro que há anos a SES direciona para as comunidades terapêuticas, mesmo quando essas instituições não estão na pasta da Saúde. Para custeá-las, o Fundo Estadual de Saúde repassou recursos para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) quando as CTs lá estiveram, e agora repassa para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), pois é nesta secretaria que as CTs estão atualmente alocadas. O Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais denunciou a situação ao Ministério Público e

solicitou a devolução ao Fundo Estadual de Saúde dos recursos irregularmente repassados pelo estado de Minas Gerais. Cabe nos questionar: o que tem motivado a SES, por reiteradas vezes, descumprir normativas que conhece amplamente? Nesse sentido, ignora a Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, instituída pela Resolução 5.461/2016, que preconiza que o cuidado em saúde mental seja realizado nos serviços da RAPS. Ignora também o previsto na Lei Estadual 11.802/95 e no Decreto 42.910/2002, que, em conformidade com a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei Federal 10.216/2001), prezam pelos serviços de tratamento em liberdade em detrimento de serviços com lógica manicomial. Como desconhecer inúmeras inspeções, pesquisas acadêmicas e notícias, reportagens, denúncias sobre a CTs? No último mês, um projeto de extensão da Universidade de Brasília divulgou o relatório de pesquisa, no qual aponta 251 violações de direitos humanos ocorridas em CTs pelo país, demonstrando a incompatibilidade dessas instituições com as diretrizes da atenção psicossocial. Por fim, insistimos: não aceitaremos que os recursos públicos sejam disponibilizados por interesses eleitoreiros, usados em estruturas que representam a privatização do cuidado, contrariem a laicidade do estado, incentivem a mercantilização da vida, promovam a privação da liberdade como possibilidade terapêutica, violem direitos e desrespeitem a dignidade humana. Não recuaremos na defesa de políticas públicas em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde e da reforma psiquiátrica antimanicomial, lutando pela proteção e pela garantia dos direitos fundamentais das pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, causa e efeito de nossa resistência”. **Marcelo OAB:** Obrigado, Matheus. Em discussão. **Marcelo OAB:** Mariana inscrita, por favor. **Mariana, Sedese:** Bom dia. Oi. Bom dia, pessoal. Mariana, SEDESE. Então, várias reflexões em curto espaço de tempo aqui, enquanto o Matheus estava lendo a carta. Eu vou tentar não entrar no mérito das comunidades terapêuticas, porque eu não quero fazer um julgamento errado aqui da situação, mas eu só queria pontuar algumas questões pelo que está escrito ali. Primeiro: que eu acho que a gente não tem tanta competência para julgar o orçamento da Secretaria de Saúde. Eu acredito que essa prerrogativa é do Conselho Estadual de Saúde. Eu, pelo menos, eu tenho muito pouco conhecimento para afirmar tantas questões que estão sendo ditas ali. Entendi que você está trazendo relatos de uma reunião que você presenciou, correto? É, eu só estou colocando aqui para esse Conselho se a gente tem tantos elementos assim para fazer um julgamento sobre o orçamento de Saúde, se não seria também talvez até mais recomendável que o CEAS mandasse,

talvez, um ofício ou alguma coisa, ou a própria carta, para o Conselho de Saúde. É porque eu não entendi bem para quem é que vai ser direcionada essa carta. É uma pergunta também. Um outro ponto que eu fico pensando, e aí sobre especificamente às comunidades terapêuticas, que eu entendo também todas as críticas que existem dentro de vários movimentos aí, principalmente da área da saúde, no entanto, gente, elas têm alguns reconhecimentos legais, e eu entendo que, pelo pouco que eu já discuti com a Secretaria de Saúde e SEJUSP, em momentos anteriores, sobre comunidades terapêuticas, existem comunidades reconhecidas pelo estado e pelo Governo Federal que têm certificação, que recebem recursos públicos da Saúde e da Segurança Pública, e existem comunidades que não têm esse reconhecimento. Então, lembrando aqui o que a própria subsecretária falou comigo ano passado, quando eu tive uma reunião para conversar sobre isso, eu participei de um evento da SEJUSP com as comunidades terapêuticas, e elas também fazem alguns questionamentos para nós, da assistência, mas eles dizem que não se pode desconsiderar o fato de que existem instituições que têm reconhecimento público, têm equipe técnica, enfim, e tem muitas que não têm, da mesma forma que a gente vai ter entidades de saúde e de assistência social também com reconhecimento e sem reconhecimento, que vão prestar serviço... que o serviço... que têm financiamento público e que é reconhecido. Então, assim, só estou trazendo pontos para reflexão. Acho que algumas palavras que estão ditas ali na nota agora sobre a questão do FEM... Está falando em desvio de verba. A gente não tem nenhuma confirmação disso. Eu acho que a gente tem que ter muita cautela para usar essas palavras, porque quando a gente fala, a gente também tem que confirmar, saber exatamente o que está dizendo. Então, se falar que está tendo desvio de verba, acho muito pesado. Acho que a gente tem que tomar uma certa cautela quando diz isso, porque o CEAS também é uma instituição que é pública, que é composta por representantes da sociedade civil e do governo. Então acho que é isso. Obrigada.

Marcelo OAB: Inscrição, por favor. Ludmilla. **Ludmilla, Cress-MG:** Ludmilla, CRESS. Então, eu vou discordar um pouquinho, Mariana, vou fazer a defesa na outra linha, tá, mas acho que é importante para contribuir com o debate, né? Primeiro que a gente não está falando aqui de um orçamento da Saúde; a gente está falando de um orçamento que é do FEM, do Fundo de Erradicação da Miséria, né? Quando a gente fala de um orçamento que é do Fundo de Erradicação da Miséria, aí me vem a pergunta: como é que as comunidades terapêuticas diretamente contribuem para essa erradicação da miséria para estarem recebendo recurso, inclusive que as instituições de assistência

social ficaram com o percentual de 15% apenas? Então, assim, a gente vem aí em uma luta, né, de aumentar os recursos do FEM para Assistência Social. E, apesar disso, nem é isso que a carta fala, né? O que a nota fala é que já que a Saúde, ela é destinatária de recursos do Fundo de Erradicação da Miséria, então que dentro da Saúde o recurso do fundo seja direcionado a ações de saúde que contribuem para a erradicação da miséria. E o entendimento é que comunidade terapêutica não faz parte desse rol, tá? Um outro ponto que eu queria colocar é que não foi o CEAS quem escreveu a carta. Então, assim, essa carta, ela foi elaborada em conjunto pelos conselhos, pela sociedade civil que compõe o grupo coordenador do Fundo de Erradicação da Miséria, inclusive o Conselho Estadual de Saúde, né, que, inclusive, na nota fala ali que, além de ter colaborado na escrita da carta, de estarem os conselhos de forma conjunta com a mesma linha de defesa, né, eles... o Conselho Estadual de Saúde, inclusive, denunciou ao Ministério Público a utilização desses recursos. Então a gente entende que o Conselho Estadual de Saúde está na mesma linha de defesa que a nota traz, né? Então, assim, o meu entendimento é que se a todas as entidades da sociedade civil que compõem o grupo coordenador do FEM estão... elaboraram conjuntamente essa nota, né, e que é uma defesa, inclusive, do Conselho Estadual de Saúde primeiramente, que está em conjunto, cabe, sim, ao CEAS essa... não é uma... é uma complementação, um apoio à sociedade civil, que está no grupo coordenador do FEM, junto com o Conselho de Saúde, e que entende que essa destinação não contribui para erradicação da miséria, principalmente em virtude do volume de recurso que está sendo destinado para as comunidades terapêuticas. **Mariana, Sedese:** Deixa só eu-- **Elder, Sedese:** Mais alguma inscrição? **Mariana, Sedese:** Eu. **Elder, Sedese:** Mariana. **Mariana, Sedese:** Então, só... Mariana, SEDESE. É porque é só esse ponto. Eu concordo quando a Ludmilla diz que a gente tem que dizer do recurso... se o foco é o recurso do FEM, dizer que o recurso do FEM deve ser usado para erradicação da miséria. Concordo plenamente com isso. É porque, na minha opinião, a carta está dizendo muito mais dos recursos da Saúde e das comunidades terapêuticas em si do que do FEM, entendeu? E aí eu acredito que, se o recurso do FEM na Saúde, ele foi alocado dentro do Fundo Estadual de Saúde, o Fundo Estadual de Saúde também passa pelo Conselho Estadual de Saúde, que... assim como o CEAS, também faz a deliberação dos recursos do FEM. **Marcelo OAB:** Matheus. **Elder, Sedese: Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Só fazer o registro, assim, de... Essa pauta é, sim, atribuição do Conselho de Saúde, mas ela não cai para o grupo coordenador à toa, porque o grupo

coordenador, ele é composto por nós, o CEAS, tem o CONSEA, tem vários outros conselhos, e é atribuição deste grupo coordenador fazer a aprovação do plano de trabalho com as respectivas discriminações das dotações orçamentárias. Então, a forma como isso chega... A gente... É a mesma forma, o orçamento que a gente discutiu aqui no CEAS chegou lá também, foi apresentado pela SEDESE, da forma como a gente recebeu aqui. Cabe a avaliação do grupo coordenador concordar ou não, fazer movimentações. Isso é atribuição nossa, enquanto representação no grupo coordenador, e a gente pode fazer. Então, acho que é importante a gente ter esse registro de... “Ah, mas é uma questão de saúde, tem que o Conselho de Saúde tratar”. Ele, sim, trata, dentro do trâmite legal que o cabe, mas isso chega para o grupo coordenador, e é uma atribuição do grupo coordenador referendar, mas também problematizar, problematizar, fazer as mudanças e as modificações. E a nota vai muito nesse sentido, de tentar movimentar. A gente não apresenta uma alternativa, enquanto sociedade civil, da RAPS à toa. A gente tem na nota várias instituições de representação que dialogam com a perspectiva do cuidado em liberdade, da saúde mental, que estão concordando e são também participantes do Conselho de Saúde, mas a gente entende que ela sai dessas representações, essa nota, do grupo coordenador do FEM, porque o grupo, ele tem essa responsabilidade. E nesse processo de retomada, depois de tanto tempo, a gente é chamado na responsabilidade de se posicionar, e, se caso for de acordo entre os membros, a gente vai fazer mudanças no que foi apresentado pelas secretarias.

Marcelo OAB: Desse documento eu tenho um ponto. Marcelo, OAB. Quando diz: “Cabe nos questionar: o que tem motivado a Secretaria de Estado de Saúde, por reiteradas vezes, descumprir normativas que conhecem amplamente? Nesse sentido, ignora a Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, instituída pela Resolução CEAS 5.461/2016, que preconiza que o cuidado em saúde mental seja realizado em serviços da RAPS. Ignora também o previsto na Lei Estadual 11.802/1995 e o Decreto 42.910/2002, que, em conformidade com a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei Federal 10.216/2001), prezam pelos serviços de tratamento em liberdade em detrimento de serviços com lógica manicomial”. Isso aqui penso que é muito sério, né, porque na medida em que a própria Secretaria de Estado de Saúde tem uma legislação que preconiza que o cuidado em saúde mental seja realizado em serviço da RAPS e ela aloca e trabalha para alocar recursos para que seja encaminhado para CTs, para as comunidades terapêuticas, isso aí é algo que descumpra a própria normativa estadual que trata sobre a temática, né? Mas pergunto se tem alguém mais que queira discutir.

Não tendo quem queira discutir, nós vamos colocar em votação. Aqueles que forem favoráveis à assinatura do documento se manifestem pelo voto, por favor. Por favor, podia contar? Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete... Espera aí. Um, dois, três, quatro... Quem está sem placa? Marcelo OAB: Ah, então, por favor. Então vamos lá. Confere, por favor. Marcelo OAB: Oito? Marcelo OAB Nove votos a favor. Contrários, por gentileza? Três votos contrários. Abstencões? Um, dois, três, quatro votos contrários. Então Abstencão. Marcelo OAB: Ah, desculpa. Abstencão, perdão. Aprovado por nove votos. Próximo ponto... Você já falou da CIB? Marcelo OAB

Então, por favor. **Marcelo, OAB:** É, infelizmente, nós tivemos muitos informes. Não é porque tivemos o fórum... teve o grupo coordenador do FEM e tem a CIB, que é muito importante também. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Nós tivemos a primeira reunião da CIB na semana passada. CIB é... a qual este Conselho me indicou como representante. CIB é um espaço importantíssimo. A gente teve uma reunião muito participativa, muito extensa, muito intensa, com as representações da nova composição do COGEMAS. A CIB é um espaço que agora está se ampliando para chegar em mais pessoas, em mais municípios, mais gente poder acompanhar. Foi a primeira vez que houve a transmissão pelo YouTube. A gente teve a apresentação do calendário. A gente vai ter algumas reuniões ao longo do ano que serão presenciais, então é uma novidade, a gente sempre tinha reuniões on-line com a CIB, e a gente vai ter um revezamento entre reuniões on-line e reuniões presenciais, que vão acontecer na Cidade Administrativa. A gente até apontou lá e chegou a discutir ontem, na reunião de segmento da sociedade civil, como vai funcionar a garantia para que as representações que podem participar e que, a partir do calendário, vão poder participar e acompanhar vão ter o que... quais as garantias nós, por exemplo, eu que sou representante, mas de repente eu não posso, outra pessoa... E é importante dizer que por mais que haja um representante dos CEAS, a CIB é um espaço de muito aprendizado, de muito conhecimento, de muita troca com a gestão estadual, mas também com a gestão dos municípios. Então, sempre é divulgado no grupo, todo mundo fica convidado, mas a gente discutiu a importância de fundamentar de fato as garantias para que a gente participe, já que o trâmite para participação presencial depende de prazos, e como a gente tem um calendário e vai contar com a expertise da Mesa Diretora e da, também, Secretaria Executiva, a gente vai conseguir se organizar para garantir a participação nesse espaço tão importante. A gente vai ter coisas que foram apresentadas na CIB, e aí a gente vai pontuando também. E é isso. **Ludmilla,**

Cress-MG Ludmilla, Cress-MG: Ludmilla: Pode? Tá. Ludmilla, **Cress-MG:** Então, aí complementando a fala do Matheus com um pouquinho do que nós discutimos ontem, né, na reunião de segmento da sociedade civil, nós falamos a respeito da importância da manutenção da representação desse Conselho nas reuniões da CIB, né, o Matheus trouxe um pouquinho dessa dificuldade dele de participar nesse formato presencial, né? Ele se propõe a manter, a representação oficial é do Matheus, né, mas nessa mudança de formato ele ficaria provavelmente, majoritariamente, né, das vezes no formato híbrido, até pela questão do deslocamento que isso envolve, e aí então na reunião do segmento da sociedade civil nós entendemos que, além da participação do Matheus no formato híbrido, seria importante que o CEAS tivesse, então, um conselheiro que pudesse se manter presencial nas reuniões, né, para que possa participar mais efetivamente ali dos debates. **Ludmilla, Cress-MG:** Isso. Nas que for... É, o Matheus mantém-se como representante. Nas que forem presenciais, ele participa híbrido, nas que mantém on-line, ele participa como representante. A nossa defesa, enquanto sociedade civil, é que nas que forem presenciais, além do Matheus de forma remota, nós tenhamos então um conselheiro, preferencialmente aí de Belo Horizonte, que possa participar no formato presencial também para essas reuniões. E aí no grupo, né, foi colocado para deliberação, e a conselheira Jennifer se disponibilizou a participar nas reuniões que forem presenciais, coletivamente com o Matheus, que estaria no formato híbrido. **Ludmilla, Cress-MG::** Isso. E aí, né, a solicitação então seria para a garantia do transporte, né, e alimentação nos dias da reunião presencial para a conselheira Jennifer, uma vez que o Matheus estaria presencialmente on-line... preferencialmente no formato remoto. **Marcelo OAB:** Ok. Em discussão. **Marcelo OAB:** Não tendo quem queira discutir, em votação a participação também da Jennifer nos momentos presenciais de reunião da CIB. Favoráveis, por favor. Podem baixar. Contrários? Abstensão? Então, aprovada a participação. Teve uma abstensão? Sim, uma abstensão. O próximo ponto então. Agora nós entramos na pauta efetivamente. **Marcelo OAB:** Prestação de contas quarto trimestre. **Ester, Sedese:** Tá. Ester, SEDESE, coordenadora da Comissão de Orçamento. Ontem nós fizemos a análise, né, da prestação de contas. Ela foi feita na comissão conjunta. Nós também já tínhamos feito uma reunião anterior sobre esse tema, e na comissão a gente delibera pela aprovação sem recomendações e sem ressalvas, né, reafirmando que foi importante ter a reunião antecipada, né, para aprofundar o assunto para todos os conselheiros, e agradecer a disponibilidade da Roberta e da Sofia nessa reunião da comissão. **Marcelo OAB:**

Marcelo, OAB. Realmente é muito importante, né, essa apresentação que antecipa a reunião das comissões, que dá mais condições para vocês analisarem. Os conselheiros estão em condições de voto? Em sendo assim, eu pergunto se podemos aprovar a prestação de contas no... Ah, nominal? Pois não. Nominal. **Marcelo OAB:** A resolução... Não, nós vamos ler a resolução após a aprovação. **Marcelo OAB:** Não, porque, assim, olha só, vê se tem lógica Vê se tem lógica. A gente vota antes, aprovada, aí apresenta a resolução. Mas vamos lá. **Marcelo OAB:** Resolução CEAS 878, de 21 de março de 2025. “Dispõe sobre a aprovação do relatório trimestral de execução físico-financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais (FEAS-MG) referente ao quarto trimestre de 2024”. Eu vou ultrapassar pelos considerandos, e nós vamos à decisão. “Resolve: Art. 1º: Aprovar o relatório trimestral de execução físico-financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais (FEAS-MG) referente ao quarto trimestre de 2024, instruído no Processo SEI 1480.01.0003617/2024-84. Parágrafo Único: Considerando a aprovação dos relatórios trimestrais de execução físico-financeira do FEAS referentes aos primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2024, através da Resolução CEAS-MG 849, de 24 de maio de 2024, da Resolução CEAS-MG 860, de 20 de setembro de 2024, e da Resolução CEAS 867, de 29 de novembro de 2024, ficam aprovadas as contas anuais do FEAS referentes ao exercício financeiro de 2024. Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Então, em votação, por favor. **Marcelo OAB:** Em votação nominal. **Poliana, Secretária Executiva:** Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo:** De acordo. **Poliana, Secretária Executiva:** Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais CRESS-MG. **Ludmilla:** Ludmilla Lamartine, pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva** Ludmilla Lamartine de Souza. Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva** Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** ABVAS, Altair Rabelo. **Altair:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva** CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Lais:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** CMAS de Campanha, Fernanda Regina da Silva. **Fernanda:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. **Simone:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária**

Executiva: Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio do Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **Isac:** Voto pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva SEDESE,** Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** SEDESE, Ester Rodrigues Espeschit. **Ester:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** SEAPA, Anna Karla Ribeiro Silva. **Anna:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** SEPLAG, Thomás Pereira de Carvalho Sá. **Thomás:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** CMAS de Ipatinga, Flávio Christian de Assis Miranda. **Flávio:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** Secretaria de Estado de Saúde, Cristiane Aguiar Vieira. **Cristiane:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** Dezenove votos aprovados. **Elder , Sedese** Faltou alguém? Faltou. **Poliana, Secretária Executiva:** Secretaria de Estado de Educação. Cleuza. Cleuza. **Cleuza:** Pela aprovação. **Poliana, Secretária Executiva:** Cleuza Maria de Oliveira. **Marcelo OAB:** Ok. Então, aprovada a prestação de contas do quarto trimestre de 2025. Rosalice? **Rosalice, Cmssv:**Rosa, Conselho Metropolitan. É só para as próximas, tá, gente? Primeiro a gente vota, aprova e depois lê a resolução. Porque a gente pode simplesmente não aprovar. Se não aprovar, a gente não lê a resolução. Vocês entenderam a lógica? Primeiro a gente aprovou uma resolução que a gente ainda não sabia se todo mundo estava concordando, mas todo mundo concordou, ainda bem. É só para os trâmites, na próxima a gente fazer o que seria o mais lógico, né, primeiro aprova uma... Uma prestação, porque se... Aqui nós temos 20. Se 15... se 14 falarem assim: “Não aprovamos”, né? Então tem que ser registrado esses 14 que não aprovaram. Mas aprovou por unanimidade, ótimo, mas é só para as próximas a gente ter esse esclarecimento, que o Marcelo, presidente, estava certo quando ele falou que ia aprovar primeiro. **Elder:** Elder, SEDESE. Acho que ficou essa confusão, porque nós... no outro mandato, a gente costumava ter muita recomendação e ressalva nas resoluções, aí o pessoal fazia tudo junto. Mas aí, se for desse jeito, é só lembrar de fazer as recomendações e as ressalvas antes, aí vota e depois lê. **Rosalice, Cmssv:** É, a discussão mesmo, né? **Marcelo OAB:** Marcelo, OAB. Muito obrigado pelas contribuições da Rosalice. **Elder:** Estava certo, todo mundo estava errado. **Marcelo OAB:** Eu estava certo, mas, né, Elder? **Marcelo OAB:** Dentro desse processo democrático, né, eu aceito todas as contribuições. É. Segundo ponto, deliberação sobre a execução do objeto do Convênio 817319/2015, celebrado entre MDS e a SEDESE. **Elder, Sedese:** Pode falar? Elder, SEDESE. Isso foi avaliado pela Comissão de Política,

e eles já fizeram a súmula. Aí eu estou na dúvida se leio a súmula e vocês tiram as dúvidas ou se vocês querem que eu explique em geral e depois lê a súmula. Que eu posso fazer uma explicação breve sobre o que é esse convênio. Então, esse Convênio 817319, ele é de 2015, ele foi firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e a SEDESE, e o objeto do convênio é a estruturação da rede de proteção social básica. Quando eu entrei na SEDESE, lá em 2019, esse convênio já tinha sido assinado, já estava vigente e ele não estava em andamento, ninguém entendia o porquê. Naquela época tinham dois convênios: tinha um de 2015 e tinha o de 2016. Também não sei o porquê, porque eu não estava na SEDESE. O de 2016 já estava em andamento e o de 2015 permaneceu parado. Naquela época, a gente optou por dar andamento ao de 2016, ele foi finalizado, o objeto foi, inclusive, aprovado pelo CEAS; fizemos o de 2015 em seguida. Então, só explicando que ele já estava com atraso acumulado. Como o objeto do convênio era a rede de estruturação da proteção social básica, esse convênio é um convênio da emenda parlamentar do então deputado Antônio Andrade, que na época era até vice-governador; e a gente descobriu que ele faleceu esse mês, inclusive. Eu e a Mayra vimos que ele faleceu no dia 5 de março. Foi discutido com o parlamentar como se daria a estruturação da rede de proteção social básica, porque a SEDESE não executa projetos... não executa serviços de proteção social básica diretamente, como todos sabem. Então, o parlamentar optou por dar carros, veículos para alguns municípios. Lembrando que era emenda parlamentar, ele poderia escolher quais municípios ele iria dar. Na época foi discutido criar pelo menos um critério para essa distribuição, então lá em 2015 foi feito um levantamento de quais municípios possuíam CRAS, e esses CRAS não tinham veículos exclusivos. Também foi considerado IDCRAS, alguns outros indicadores, e foi dada uma lista para esse então deputado, e ele escolheu os municípios que iriam receber esses veículos. Os veículos: foi feito o processo de compra pela SEDESE, pagos com recursos do convênio. A plotagem e o emplacamento não podem ser pagos com recursos do convênio, eles foram pagos com recursos próprios da SEDESE. Depois que foi feito o emplacamento e foi feita a plotagem, os carros, eles foram entregues para os municípios, para os cinco municípios, os nomes dos municípios estão aí: Coluna, Novo Oriente de Minas, Rio Vermelho, São João da Ponte e São João das Missões. Se eu não me engano, todos são municípios de pequeno porte. Os municípios já estão com os veículos em utilização. A gente também faz um acompanhamento semestral para garantir que os veículos de fato estão sendo utilizados para proteção social básica. Então o convênio foi finalizado, tudo o que tinha que ser

feito já foi feito. Para a gente fazer a prestação de contas, o MDS, ele fala... ele exige que o CEAS emita uma declaração de cumprimento do objeto. Então o objeto é: estruturação da rede de proteção social básica. Então, o CEAS tem que fazer a análise dos documentos e informar, declarar que, de fato, o que foi feito, o que foi comprado, estruturou a rede de proteção social básica. Então é por isso que ele foi mandado para a Comissão de Política. Eu tive algumas conversas com a Mayra antes de mandar, eu que pedi a inclusão desse ponto de pauta formalmente para o Marcelo, e aí ela até falou que ela até achou um pouco estranho, assim, isso chegar depois, tão depois assim, e eu até falei com ela que isso foi até uma conversa que eu tive com o ministério, porque essa exigência, ela apareceu no final, na prestação de contas. E eu até já troquei alguns e-mails, algumas informações com eles, falando que faria mais sentido que esse documento fosse pedido às vezes durante a execução, durante a definição do que seria feito, do que no final, né, porque chega para o CEAS meio que assim: “Ó, fizemos isso”, e aí aprova e não aprova? Ela até perguntou: “Aí, e se a gente não aprovar? O que acontece?”. Aí devolver, né, basicamente, é isso que acontece. Mas os carros já estão. Aí a gente mandou a documentação toda, tem fotos. Eu acho que até na apresentação tem fotos dos carros. Pode baixar um pouquinho, se vocês quiserem ver. Os valores estão aí. Pode ir nos últimos, tem umas fotos. Ali tem os instrumentos de cessão dos veículos, as fotos dos carros que foram comprados para cada município. No geral, é isso. Eu sugiro ler a súmula e, se vocês tiverem mais algumas dúvidas, a gente vai conversando. A Mayra, ela tinha me informado que tanto ela quanto a Érica não estariam aqui na reunião hoje. É a coordenadora e coordenadora adjunta da Comissão de Políticas. Aí parece que a secretária executiva vai fazer a leitura da súmula, e a súmula foi elaborada em conjunto ontem, na reunião. **Elder, Sedese:** Ai, desculpa, eu achei que era secretária **Fernanda Cmas de Campanha:** Tá. **Fernanda.** Fernanda, CMAS de Campanha. “Pela aprovação, considerando que a aquisição do veículo é importante para o desenvolvimento das ações de proteção social básica e que os municípios são de pequeno porte 1 e não tinham veículos exclusivos para essa finalidade. Recomenda-se que o acompanhamento seja repassado para o CEAS-MG. A Comissão de Política pontuou a demora na execução da,do serviço|”. É que faltou aqui. “Da demora na execução do serviço”. Repetiu.. **Marcelo OAB:** Marcelo, OAB. Em processo de votação. Os favoráveis ao segundo ponto de pauta, deliberação sobre a execução do objeto do convênio celebrado entre MDS e SEDESE, favoráveis, levantem o crachá, por favor. Podem baixar. Contrários? Abstenção? Aprovado por unanimidade. **Elder,**

Sedese: Tem resolução, não? **Poliana, Secretaria Executiva,** tem resolução. **Marcelo OAB:** Resolução CEAS... **Poliana Secretaria Executiva:** Eu vou aumentar, espera aí. **Marcelo OAB:** Pode aumentar, por favor? **Poliana, Secretaria Executiva:** Só um minuto . **Marcelo OAB:** Sim. É 879, de 21 de março de 2025. “Dispõe sobre o cumprimento do objeto do Convênio de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica de Minas Gerais voltados à aquisição de veículos, e dá outras providências”. Pode abaixar. Passado pelos considerandos, “resolve: Art. 1º: Declarar cumprido o objeto do Convênio 817319/2015, que diz respeito à estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica de Minas Gerais voltada à aquisição de cinco veículos cedidos a cinco municípios mineiros. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”.

Marcelo OAB Pergunta-se: esses municípios mineiros não constarão da resolução? Pode citar. Pode citar. **Elder, Sedese:** Pode. Aí põe vírgula. **Marcelo OAB:** É? Depois de “municípios mineiros, a saber:”, coloca o nome dos municípios. Em processo de... Ah, já foi votado. Ok. Terceiro ponto, Planejamento Anual das Qualificações de 2025 ao CEAS-MG.

Marcelo OAB: Esta resolução... este material também foi apresentado, esse planejamento foi apresentado ontem, na reunião conjunta, e agora nós vamos verificar com a comissão específica sobre qual foi o entendimento.

Fernanda: Fernanda, CMAS de Campanha. “O Planejamento Anual de Qualificações de 2025 trata-se de instrumento de gestão anual integrante do Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS 2024-2027, que descreve as ações de capacitação e apoio técnico que serão realizadas pelas equipes da SUBAS aos gestores, conselheiros e trabalhadores dos municípios mineiros a cada ano. Importante ressaltar que o documento foi assessorado pelo NEEP-SUAS/MG na reunião realizada em 25/2/2025. Foi pactuado pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB-SUAS/MG) por meio da Resolução CIB nº 01/2025 em reunião realizada em 14/3/2025. Pela aprovação, considerando as sugestões feitas durante a apresentação da reunião da comissão conjunta em relação às contribuições da CIB e NEEP já consideradas e em relação... CADÚnico destacado pela conselheira Jennifer”.

Marcelo OAB: Obrigado, Fernanda. Marcelo, OAB. Pois não, Jaqueline. **Gabriele:** Gabriele. Gabriele, SEDESE. **Marcelo OAB:** Gabriele! Desculpa. **Gabriele, Sedese:** Não, aí só para... É claro que vai passar a resolução, mas a ideia é que a resolução... o planejamento que vocês analisaram venha como anexo da resolução. E nesse anexo a gente já providenciou a inclusão da ação que foi solicitada ontem na comissão conjunta, então uma ação que vai tratar, né, da inclusão nos serviços e no Cadastro Único dos públicos prioritários para além da

questão da renda, né, considerando a multidimensionalidade da vulnerabilidade. Então... E essa ação já foi incluída no documento, vai aparecer como anexo da resolução quando ela for publicada. **Marcelo OAB:** Obrigado, Gabriele. Em processo de votação. Os favoráveis ao Item 3, Planejamento Anual das Qualificações 2025 ao CEAS, favoráveis, levantem o crachá. Obrigado. Contrários? Abstenção? Aprovado por unanimidade. Vamos ler a minuta... a resolução. “Resolução CEAS-MG nº 880, de 21 de março de 2025. “Aprova o Planejamento Anual de Qualificações de 2025 para compor o Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais 2024-2027”. Passado pelos considerandos, “resolve: Art. 1º: Aprovar o Planejamento Anual de Qualificações 2025 para compor o Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais 2024-2027, conforme Anexo I desta resolução. Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Obrigado. Próximo ponto, Item 4, primeira revisão anual do PEAS. Comissão de política. **Fernanda, Cmas Campanha:** Trata-se da análise da primeira revisão do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) 2024-2027, elaborado por toda a equipe da SUBAS, Secretaria de Assistência Social da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social. Nesse sentido, o Plano Estadual de Assistência Social é uma ferramenta de gestão que permite planejar e dar o direcionamento da Política de Assistência Social na gestão estadual, cuja vigência é quadrienal, e estão previstas revisões anuais, fruto do monitoramento continuamente realizado. Cabe ressaltar que a revisão apresentada teve-se apenas ao Capítulo 4 (Diretrizes e Frentes de Atuação), e ao Capítulo 5 (Planejamento Estratégico do SUAS-MG), a fim de garantir a continuidade do que foi planejado e aprovado em fevereiro de 2024 pela Resolução CEAS-MG nº 830 para o quadrienal... quadriênio e, ao mesmo tempo, permitir a correção dos resumos e as atualizações necessárias durante a primeira revisão anual. Da análise: Verifica-se que o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS-MG) usa como parâmetros instrumentais e faz referência às legislações do âmbito da Assistência Social, tais como o II Plano Decenal da Assistência Social 2016-2026, as deliberações da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social 2023, Simone Albuquerque, as diretrizes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2019-2030 e o planejamento estratégico da SEDESE, e diante das referências utilizadas, elencam algumas prioridades para o fortalecimento do SUAS no estado de Minas Gerais para embasar a construção do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). As revisões apresentadas nos itens 4 e 5 do plano apresentam-se em grande maioria coerentes. Ressalvas. A sugestão da comissão é manter e aprofundar a respeito do plano de

cuidado para orientar e subsidiar os municípios mineiros na implantação do plano — o quê? —, fomentar a discussão em âmbito estadual sobre a política de cuidados para a sua futura implantação no estado. No quadro Objetivo Estratégico 4: Qualificar o atendimento socioassistencial aos grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTEs) e públicos prioritários, considerando as diversidades humanas, populacionais, gerenciais e territoriais. Não vou ler o quadro, não, que já foi lido, tá? A comissão considera importante manter o diagnóstico no PEAS, considerando a importância dessa matéria para este público. No quadro Objetivo Estratégico 7: Aprimorar a gestão do SUAS e o controle social em Minas Gerais, a sugestão é a exclusão dos itens. Sugere-se a manutenção dos itens, considerando que o PEAS é um importante instrumento de gestão para direcionar as ações que os municípios propõem. No quadro Objetivo Estratégico 8: Aprimorar a relação com as entidades e organizações da sociedade civil da assistência social (Rede Socioassistencial Privada), sugere-se a manutenção deste item considerando que o PEAS é um importante instrumento de gestão, uma vez que uma pauta a ser aprofundada é que os municípios e as OSCs precisam de apoio.

Conclusão. Cabe destacar que o PEAS foi aprovado em fevereiro de 2024 pela Resolução CEAS-MG nº 830, ou seja, foi apresentado e deliberado pelos representantes do CEAS, e que, ao longo do ano de 2024, foram realizadas quatro rodadas de monitoramento com as superintendências e o gabinete da SUBAS de todas as estratégias previstas no PEAS para o quadriênio. A revisão apresentada nos itens 4 e 5 do plano estão, em grande maioria, coerentes. A comissão destacou algumas ressalvas, elencando-as acima, no campo da análise. Diante do exposto, a Comissão de Política de Assistência Social resolve indicar a aprovação da revisão do Plano Estadual de Assistência Social 2024-2027 com as ressalvas destacadas acima. **Marcelo, OAB:** Obrigado, Fernanda. Conselheiros, em processo de votação. Favoráveis à proposta apresentada pela comissão... pela Comissão de Política quanto ao Item 4, primeira revisão anual do PEAS. Favoráveis, levantem o crachá, por favor. Podem baixar. Contrários? Abstenção? Aprovado por unanimidade. Resolução, por favor. Resolução CEAS-MG nº 881, de 21 de março de 2025. Aprova a primeira revisão do Plano Estadual... Plano Anual... Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais (PEAS-MG) 2024-2027 referente ao ano de 2025. Passados os considerandos, resolve: aprovar a revisão anual do Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais (PEAS-MG) 2024-2027 referente ao ano de 2025. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Próximo ponto de pauta, Item 5, indicação de conselheiros para

palestrar nas conferências municipais. O Conselho Estadual, ele... nós recebemos algumas indicações já de conselheiros para proferir palestras magnas em conferências municipais. Já tivemos algumas indicações. Faça o favor. **Poliana, Secretária Executiva:** Nós recebemos quatro ofícios, e como eles chegaram recente, agora, né, próximo da plenária, a gente trouxe para cá, para o colegiado, mas nos próximos a gente vai fazer isso de uma maneira mais dinâmica, para não esperar chegar na plenária para a gente poder fazer essa organização com vocês. Dois desses ofícios já vieram nominais aos conselheiros: um de Ouro Branco para o conselheiro Marcelo, um município de médio porte, né, Ouro Branco fez o convite para ele para... sobre a palestra magna; e o outro convite, o outro ofício, veio direcionado para a conselheira Simone, também palestra magna, lá em Tiradentes. Os outros dois que nós recebemos... a Cidade é Itanhandu, tá? É uma cidade... é um município de pequeno porte. E aí, para o colegiado, eles avaliem aqui nesse momento, né, e... se for possível, é claro. Se não for possível, a gente também continua isso em outro momento. Para palestra magna também. Vai ser em junho, dia 17/6, de 13h30 às 15h. E aí eles pedem, né, para que seja dada a resposta até o dia 25 de abril. Itanhandu. Fica próximo aqui de Rio Acima. E aí, na verdade, assim, como é que a gente pode pensar da melhor maneira para fazer essa distribuição? A gente fez a avaliação, como foi discutido, né, da participação... da paridade dos conselheiros da sociedade civil e governamental, os conselheiros mais próximos dessa região aqui seriam a Fernanda, que está perto de Campanha... que está em Campanha representando a sociedade civil, e governamental nós temos a Cristiane também, né, CMAS de Campanha. São cem quilômetros de distância da cidade de vocês até Itanhandu. E aí, a gente faz... vocês fazem essa avaliação depois, em outro momento, para verificar quem é que vai. E o outro veio... Desculpa, é Itabira, gente. Eu confundi. Itanhandu está mais próximo... É o sul de Minas. Está mais perto lá de Campanha. Desculpem, gente. É o outro ofício que está mais próximo aqui de Belo... da região metropolitana. Dia 4 de junho vai ser a conferência, no período de 12h30 às 19h, palestra magna de uma hora, né? E aí, os... Itabira. Lembrando que nós fizemos contato com o CMAS, e os quatro convites que chegaram serão arcados pelo próprio município, né? Transporte, hospedagem, que também vai ser um dos critérios, que nós também vamos fazer essa análise aqui, né, dessas prioridades aí desses convites, principalmente os municípios de pequeno porte, né? Prioridade. A conferência vai ser no dia 4 de junho, palestra magna, em Itabira. Os conselheiros que residem mais próximos serão: da sociedade civil, o Altair, a Andrezza, a Lais e a Juscelina; conselheiros governamentais,

o Flávio, a Érica e a Karla. Então aí a gente... vocês avaliam, e aí a gente faz esses encaminhamentos aí, ou hoje ou em outro momento. **Elder, Sedese:** Então, gente, acho que é importante a gente definir aqui alguns critérios e diretrizes para atendimento desses convites, porque não vai dar tempo de passar eles pela plenária, né, porque as conferências começam em 31 de março, vão até dia 11 de julho. Então, se esperar plenária, nesse intervalo a gente perde um monte de convites. E aí eu acho que a gente tem que pensar em duas diretrizes: diretrizes para municípios e diretrizes para conselheiros. Porque vai chegar um momento em que vão chegar muitos convites e a gente não vai conseguir atender todo mundo. Normalmente, a gente recebe muito mais convite do que a nossa condição de atender. Então, até utilizando de experiências dos mandatos passados e tal, eu acho que o primeiro ponto que a gente tem que colocar para priorização de município é o seguinte: município que arca com despesa e hospedagem, priorizado no atendimento. Tem uma discussão sobre isso, gente, mas, de verdade, como é que o município vai fazer uma conferência sem conseguir arcar com despesas de passagem e hospedagem para um palestrante? Um único palestrante. Isso para mim, assim, é surreal. Como é que ele está organizando essa conferência, se ele não consegue nem pagar as despesas? E se a gente traz essa despesa para a gente, a gente atrapalha as outras ações do Conselho, basicamente. Então, primeiro que eu sugiro é sempre priorizar municípios que vão arcar com passagem e hospedagem. O segundo critério é: municípios que vão arcar com pelo menos uma dessas duas despesas, ou passagem ou hospedagem. Então, primeiro a gente atende todos que vão arcar com tudo; se conseguiu atender tudo, vamos para o segundo grupo. E o terceiro grupo, municípios que não vão arcar com nenhuma das duas despesas. Mas aqueles municípios que não vão arcar com nenhuma despesa... Gente, só para focar aqui, aqueles municípios que não vão arcar com nenhuma despesa eu acho que a gente também tem que priorizar municípios de pequeno porte e que tenham conselheiros próximos, até porque as despesas vão ser menores. Então, eu sugiro o critério de município esse: primeiro quem vai pagar tudo; depois, quem vai pagar umas despesas; e se a gente ainda tiver perna para atender, municípios de pequeno porte com conselheiros próximos. Critérios para conselheiros: eu sugiro que a gente sempre priorize enviar o conselheiro mais próximo do município, seja ele governamental, seja ele sociedade civil. Porém, todo mundo trabalha, todo mundo tem suas funções, atividades, então nem sempre o conselheiro vai poder atender. Aí vai fazendo isso: olhou o primeiro e não pode, olha com o segundo, e assim sucessivamente. Então essas são as minhas sugestões para esses atendimentos, e

que a Secretaria Executiva vá fazendo essa análise e entrando em contato com os conselheiros. **Simone, CFR:** Mas, assim, só para... Concordo muito com o que o Elder traz, mas pontuar também: independente do município, se o convite vem no nominal à pessoa, né, aí vai a pessoa mesmo... Não, vai a pessoa, se ela tiver condições de atender, não pela distância, né, para a gente não ter futuramente aí alguns problemas. A Rosa. **Rosalice, Cmssvp:** Eu acho importantíssima a representação, só que eu me preocupo também com outros aspectos. Poli, eu queria só que vocês prestassem um pouquinho atenção aqui. O conteúdo, ok? Porque nós, conselheiros, nós vamos falar uma linguagem só. Estou falando conselheiros CEAS. Não estou falando de sociedade civil ou governo. Independente de quem for lá e que está sentado nessa mesa, tem que ter uma fala única, né? E eu queria saber assim: a apresentação desses conselheiros já está pronta? Essa apresentação vai ser passada aqui na plenária para a gente avaliar? Isso é um ponto, assim, importantíssimo, porque os conselheiros já estão indo, as conferências estão acontecendo, sabe, e aí algum conselheiro pode falar assim: “Olha, eu não me sinto preparado”. A gente vai ter que preparar esses conselheiros. Fazer essa apresentação... É até uma sugestão à plenária que a gente faça essa apresentação e marque um dia para todos os conselheiros, seja... como um critério obrigatório para um conselheiro ir, participar dessa discussão, dessa capacitação que a gente vai ter que fazer. Por quê? Não há de se falar: “Ah, o conselheiro, ele é ótimo, ele pode ir”. Não. Ele vai falar representando o CEAS, ele tem que ter uma fala única. E a gente ter essa fala, e a gente ter capacidade de falar... fazer essa fala, porque independente do tema, todo mundo aqui é capaz, mas aí vamos falar uma... vamos nos preparar para a gente ter alinhada essa fala? Olha, o conselheiro esteve lá e falou em nome do CEAS”. Eu penso que, antes de ir, a gente pensar nessa capacitação, e com certeza, após essa capacitação, vai ter um monte de gente querendo ir porque vai se sentir mais confortável de representar. Isso é um ponto que eu gostaria que fosse considerado. E na última reunião do GT, a gente falou de uma planilha única. Essa planilha já está sendo construída com esses temas? Então ótimo. **Poliana, Secretária Executiva:** Então, como foi discutido no GT da conferência, nós já estamos fazendo... iniciando a preparação dessa capacitação para os conselheiros que irão palestrar nas conferências. E o que é importante também? Nós temos um tom de elaborar, né, nós enquanto Secretaria Executiva, essa apresentação. Mas é importante ter esse momento mesmo que antecede, porque às vezes a gente vai fazer uma apresentação que para nós ela vai estar mais fluida e talvez para o conselheiro, não. Então, o que é importante? Para que não tenha esses transtornos no

meio do caminho, a gente vai fazer essa apresentação e vai encaminhar para... na verdade, para o colegiado, né, para ter essa avaliação, para que a gente possa fazer também as adaptações dela. Claro que a gente... os parâmetros que a gente vai usar, né... A gente está com o informe do CNAS, o Informe 02, que ele está muito... ele está bem completo, e a gente vai discutir ele como ponto de pauta também lá na questão da conferência, mas a gente já está fazendo essa apresentação, já, está bem? **Ludmilla, Cress-MG:** O meu ponto... Eu queria perguntar, na verdade, porque eu não estou no GT da conferência, né, justamente sobre como vai se dar esse acompanhamento dessas datas. Porque serão muitas datas, né, às vezes não vai ter tempo de passar em plenária, como o Elder falou. Então, para a gente ter um mecanismo único que a gente consiga ver as datas e, se for o caso, até se prontificar por lá, né? Porque a gente também vai ter cada um nos seus municípios as próprias conferências, e as datas podem acabar esbarrando. **Poliana, Secretária Executiva:** Então, esses ofícios, como eu disse aqui no início, eles chegaram para a gente essa semana. Mas, assim, nós temos essa organização, né, da Secretaria Executiva, principalmente agora. Inclusive, tem até uma planilha, a Rose até disse sobre ela, né, sobre... no dia da nossa reunião do GT, uma planilha compartilhada que a gente faz essa organização de convite que chega, né, direcionado ao CEAS e o convite que chega para a equipe lá da SUBAS. Então a gente tem esse filtro e esse cuidado de estar atentas aí nos e-mails para que não ocorra... não atrole as datas e não tenha nenhum prejuízo sobre isso também. Hoje o que nós temos são esses quatro ofícios aqui que eu disse a vocês, não chegou mais nenhum novo, tá? **Marcelo, OAB:** É. Só para lembrar, conselheiros e conselheiras, nós temos as reuniões do GT Conferência, e lá a gente tem tratado desses temas, né? Nós... a nossa próxima reunião do GT é dia 31 e, depois, dia 11 de abril. E aí eu pergunto à Secretaria Executiva se ela tem condições de apresentar uma proposta de... slides para os conselheiros no dia 11 de abril, porque aí, se der para o dia 31, ótimo. Né? Porque aí a gente... todos os conselheiros... Como a reunião será on-line, todos os conselheiros que pretendem... Porque talvez nem todos queiram fazer as palestras magnas em conferência. Aqueles que se interessarem em participar, todos aqueles, mas aqueles também que se interessarem em participar desta reunião, ela vai ocorrer no dia 31 de março, às 10h. E aí, como vocês já vão apresentar a proposta, a gente já discute isso lá. **Rosalice, Cmssvp:** Posso? Só fazendo um reforço nessa fala do Marcelo, não são só aqueles que pretendem fazer palestra. Seria interessante se todos os conselheiros tivessem a disponibilidade de participar desse momento dia 31, porque de repente você

não vai agora e você acha que não tem... que você não vai participar, mas de repente vai ter uma data, um município, que você tem interesse de ir. E não é algo muito complexo, não, gente. É uma palestra onde você vai falar sobre o quê? Sobre a Política de Assistência Social. É o que a gente discute aqui, né? E com essa apresentação e uma capacitação, todos nós vamos estar aptos a falar. Então eu sugiro, sim, que se todo mundo pudesse ir, pelo menos fazer um esforço de participar dessa reunião dia 31, mesmo só para falar o que poderia estar mudando nessa apresentação, contribuir nessa... Porque vocês estão lá nos municípios, e a gente precisa ter um olhar desse município também, que de repente a gente está fazendo algo diferente do que os municípios precisam ouvir, sabe? Então vamos tentar fazer esse esforço, todo mundo participar.

Elder, Sedese: Eu ia sugerir fazer reunião dia 31 de março, apresentar, aí vão ter sugestões dos conselheiros, mandar a apresentação no grupo para que alguém que não possa participar também dê as suas sugestões, fazer as adequações, e aí no dia 11 de abril apresenta essa apresentação final. E eu sugiro que a apresentação trate do tema da conferência.

Poliana, Secretária Executiva: Era isso que eu ia reforçar. Por quê? A gente vai receber as contribuições do colegiado, mas... É isso, né? Qual é o objetivo da apresentação? Tema central e eixos. E a gente tem os parâmetros para a gente poder montar essa apresentação, só para não sair fora do assunto. E no dia 31, sim, será apresentado. Nós vamos fazer a apresentação, já dar a apresentação para o colegiado.

Isac, Ccqamrd: Comissão de Quilombolas do Rio Doce. Acho que... Eu tinha me inscrito na hora que estava falando sobre os critérios. Acho que vale a pena, acho que é um pouco disso que o Elder falou, assim. Quando discute o município que vai custear a ida do conselheiro ou não, é uma coisa que eu acho que o CEAS tinha que fazer um esforço para atender o máximo possível, aí concordo também com a questão de priorizar os municípios de pequeno porte, né? E a gente... na conferência passada a gente discutiu muito também, além da distância da regional, a gente considerar muito a disponibilidade dos conselheiros também, porque alguns conselheiros têm mais disponibilidade, outros menos, e aí acho fundamental também o ponto que a Rosa trouxe da planilha, porque agora... quando vai chegando principalmente mais para o meio e para o fim do período das conferências, chegam mais solicitações, e lá na planilha os conselheiros conseguem se colocar à disposição e discutem lá quem consegue atender melhor o município. Então acho que é um pouco nisso. E reforçar o que a Rosa trouxe da construção de uma apresentação única do CEAS, né, e reforçar também da importância de que todos os conselheiros participem da construção dessa

apresentação, para que ela seja mais diversificada e represente melhor o CEAS. **Elder, Sedese:** Pode falar? Eu e Rosa estamos conversando aqui. Às vezes... essa capacitação da apresentação ser no dia 11 de abril, na reunião do GT, porque aí a gente já avisa com antecedência e todo mundo participa. **Rosalice, Cmssvp:** E aí, gente, as dúvidas que a gente tiver em relação ao tema, a gente tira em coletivo, sabe? A gente faz uma discussão coletiva aqui até mesmo dos temas, porque tem um tema. Falar uma apresentação é uma coisa, né, agora, entender aquele tema... Então, nessa capacitação, quem for apresentar vai fazer como se fosse uma palestra para... e a gente vai poder ali, naquele momento, tirar essa dúvida. “Como é que a gente vai falar? E se alguém me perguntar isso? E se alguém me perguntar aquilo? Se alguém quiser polemizar sobre determinado ponto, como é que a gente vai proceder?”. É uma capacitação mesmo, a postura mesmo do conselheiro diante essa palestra magna. Eu acho que é muito legal a gente conseguir fazer essa capacitação dia 11 de abril, como diz o Elder. **Poliana, Secretária Executiva:** Então, eu tenho uma sugestão que tem dado muito certo aqui no colegiado: a gente envia para vocês no dia 31 de maneira talvez editável, né, e aí vocês fazem as contribuições cabíveis dentro daquilo que foi proposto, para que no dia... para Isso. Para que aí na de abril a gente já vá direto para discutir o que foi proposto. **Rosalice, Cmssvp:** Mas não... acho que eu não consegui me fazer entender. Não é discutir a apresentação. A apresentação a gente vai discutir dia 31. É capacitar mesmo. É alguém bonitinho ficar ali e falar assim: “Olha, o tema é tal, nós vamos falar sobre isso”, é simular mesmo uma apresentação para a gente ser capacitado em como falar nessa... É uma capacitação mesmo. Não é uma discussão da apresentação; é capacitar o conselheiro para fazer a palestra. É nesse sentido. Dia 31 eu estou pensando que é isso, é a gente contribuir na construção daquela minuta inicial, que é dentro do tema. Agora, dia 11 é realmente fazer uma capacitação mesmo, para o conselheiro se sentir mais à vontade para falar. **Simone, CFR:** Talvez eu não esteja entendendo, mas, assim, pelo que eu percebi aqui, Rosa, eu queria sugerir o seu nome então para dar essa capacitação no dia 11. Eu acho que é isso que você está tentando nos trazer. Não necessariamente você, mas eu acho que você tem condições de contribuir. **Rosalice, Cmssvp:** É. Não seria eu. Por quê? Eu pensei em quem está construindo esse material. É a leitura de quem está construindo material a nos capacitar dentro desse material. Você entendeu? É quem está elaborando nos capacitar dentro dessa leitura que vocês fizeram. Porque vocês fizeram uma leitura do tema da carta... da Carta Magna eu falando.: Entendeu? É isso. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Retiro a indicação da Rosa

e sugiro o nome do Elder para a gente caminhar. Pode ser? **Marcelo, OAB:** É, o Elder também faz parte do GT Conferência, pode contribuir também de uma forma bacana. Então... Marcelo, OAB. Nós já estamos então definidos da forma de que no dia 31 esse documento vai passar para o GT, o GT vai analisar esse documento e será, logo em seguida, encaminhado a todos os conselheiros para que no dia 11 tenhamos uma capacitação pelo conselheiro Elder. **Ester, Sedese:** O Elder propôs uma série de critérios, acho que foram acrescentados outros, vai ser explícito, registrado, né, e socializado com todos os conselheiros. **Marcelo, OAB:** A Secretaria Executiva já anotou todos os pontos apresentados de critérios? Ok. E acho que o Isac também apresentou um outro critério que deveria também... Ok. Muito obrigado. Vamos para o próximo ponto, Item 6, Conferência Estadual. Elder. **Elder, Sedese:** A gente vai fazer a minuta... a leitura da minuta da resolução das Pré-Conferências Regionais. Inclusive, até parabenizar o CEAS e o GT, que nós estamos fazendo isso em março. A última conferência foi feita em junho *ad referendum*. Então, assim... Foi uma grande mudança, então estamos muito felizes com isso. Aí só para vocês não estranharem, a resolução, ela não vai ter datas e locais ainda porque depende da contratação da empresa. Aí posteriormente a gente faz uma só com as datas e locais das pré-conferências. Lembrando que ela já foi discutida no GT, a gente mandou a minuta no grupo, fizeram contribuições, todas as contribuições foram acatadas. Então, o que a gente vai apresentar agora é considerando tudo isso. E o Regimento Interno foi enviado pela Comissão de Normas, também já foi avaliado. Mas a gente faz a leitura aqui, se alguém tiver... Oi? É, o Regimento Interno é um anexo da resolução. A gente vai ler também. Só aumenta um pouquinho? Pode aumentar um pouco? Resolução CEAS 882, 21 de março de 2025. “Dispõe sobre a regulamentação e sobre as orientações para a realização das Pré-Conferências Regionais de Assistência Social de Minas Gerais de 2025. Aí eu vou pular os considerandos, se vocês não se importarem. “Resolve...”. “Art. 1º: Regulamentar e orientar a realização das Pré-Conferências Regionais de Assistência Social de 2025. Art. 2º...”. Gente, eu vou pedir para eu pular o art. 2º, porque ele é exatamente igual ao da resolução das conferências municipais, não teve nenhuma alteração. Então, é o mesmo texto que já até foi publicado, que vai definindo quem é entidade, quem é trabalhador e quem é usuário. Os parágrafos eu vou ler, que a gente colocou algumas alterações. Pode passar. Então os incisos I, II e III são igualzinhos, o IV também é igual ao que já foi publicado. “§ 1º: As profissionais e os profissionais com cargo comissionado de direção ou de confiança na gestão do SUAS não podem ser

representantes de trabalhadoras e trabalhadores, conforme Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015. § 2º: As trabalhadoras e os trabalhadores dos equipamentos da rede socioassistencial ou do órgão gestor da assistência social que não estejam em cargo comissionado de direção ou de confiança na gestão não podem ser representantes do segmento governamental. § 3º: As vagas destinadas a segmentos de usuárias e usuários não poderão ser ocupadas por trabalhadores e trabalhadoras, representantes de entidades e organização de assistência social e nem por representantes governamentais”. Esse parágrafo a gente até acrescentou, mas tem uma questão sobre ele. No caso de vacância, se a gente colocar um representante de trabalhador, fica incoerente assim. Então sugiro até colocar no final “exceto em caso de vacância”. “Previsto nesta resolução”. Só acrescentar depois de “governamentais”: “exceto em caso de vacância previsto nesta resolução”, Marcelo? Ok. Porque se não, quando a gente... Por exemplo, chamou todos os titulares e todos os suplentes dos usuários e ainda sobrou vaga, se deixar desse jeito, não poderia chamar trabalhador e entidade. Acho que tem que chamar, né, tem que preencher tudo. E o quarto é uma... Tudo que estiver em verde são sugestões que foram enviadas no grupo do GT. Se eu não me engano, é sugestão do Isac. “As gestões municipais devem tomar todas as providências necessárias para garantir a participação das usuárias e dos usuários da Política de Assistência Social nas Pré-Conferências Regionais”. Para garantir... Pode falar. **Isac, Ccqamrd:** Eu estou pensando, a gente vai discutir agora? É porque nesse § 3º, pelo que eu estou olhando direito, está falando de uma possibilidade de destinar as vagas de usuários que sobraem para outro segmento. É isso? Eu me lembro que anteriormente, quando a gente fazia, quando chegava lá e que não tinha vaga mesmo, se procurava organizações desse segmento para poderem indicar as vagas, Pensando no segmento de usuários, agora que a gente instituiu o Fórum Estadual de Usuários, eu acredito que de repente o Fórum talvez conseguisse fazer esse debate com outros usuários, não necessariamente... antes de cogitar passar essas vagas para outros segmentos. **Elder, Sedese:** Isso era para Conferência Estadual, Isac. Que essa é para as prés, né? É o município mandando.. **Isac, Ccqamrd:** Ah, sim. Então tudo bem. **Elder, Sedese:** Isso era para estadual. **Isac, Ccqamrd:** Então retiro. **Elder, Sedese:** É porque na estadual de fato isso acontece mesmo. “Capítulo 1, Das Pré-Conferências Regionais. Art. 3º: As...”. E, gente, se vocês tiverem dúvidas, podem ir falando ao longo; não precisa esperar terminar, não. “As Pré-Conferências Regionais antecedem a 16ª Conferência Estadual e são espaços de discussão do tema e do lema da Conferência. Parágrafo Único: Na condição de etapas preparatórias da 16ª Conferência

Estadual de Assistência Social, as Pré-Conferências Regionais têm por atribuição discutir as diretrizes para o aprimoramento do SUAS, enquanto a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social tem por atribuição deliberar as propostas para a Política Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Art. 4º: Serão realizadas 14 Pré-Conferências Regionais que antecedem a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social, conforme cronograma abaixo”. A mudança em relação a 2023 é que foram 15, mas dessa vez a gente juntou Poços de Caldas e Passos, que fica um número razoável, então dá para juntar as duas. Então, teríamos Almenara, Araçuaí e Teófilo Otoni: três regionais SEDESE, 63 municípios, 384 delegados; Curvelo e Diamantina: duas regionais SEDESE, 45 municípios, 270 delegados; Divinópolis: uma regional, 60 municípios, 372 delegados. Só para quem entrou agora no Conselho, as que ficaram sozinhas são regionais SEDESE que têm muito município, então não deu para juntar ela com outro regional. Governador Valadares: uma regional SEDESE, 70 delegados... 70 municípios, 426 delegados; Ituiutaba, Uberlândia e Uberaba: três regionais, 49 municípios, 324 delegados; Juiz de Fora: uma regional, 58 municípios, 360 delegados; Metropolitana: uma regional, 54 municípios, 402 delegados; Montes Claros e Salinas: duas regionais, 88 municípios, 534 delegados; Muriaé: uma regional, 64 municípios, 390 delegados; Patos de Minas e Paracatu: duas regionais, 37 municípios, 228 delegados; Poços de Caldas e Passos, que foi a que foram juntas, antes eram Poços de Caldas separado e Passos, também: duas regionais, 84 municípios, 522 delegados; São João Del Rei: uma regional, 58 municípios, 360 delegados; Timóteo: uma regional, 63 municípios, 396 delegados; Varginha: uma regional, 60 municípios, 372 delegados. Total: 22 regionais, 853 municípios, 5.340 delegados. “Parágrafo Único. As datas e os municípios sede das pré-conferências serão divulgados posteriormente em resolução específica”, que é o que eu já tinha adiantado para vocês. “Art. 5º: As Pré-Conferências Regionais, considerando o tema da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social — 20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência — e o lema ‘construindo com união, protegendo com ação e resistindo com determinação’, terão por objetivos: I, apresentar diagnósticos sobre o SUAS na regional SEDESE com dados consolidados dos municípios abrangidos pelas regionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) que participam das Pré-Conferências Regionais”. Só um ponto que esqueci de falar acima: principalmente nas pré-conferências que são muito muitas regionais juntas, é importante ter participação de mais conselheiros, porque na hora da eleição de delegados... Por exemplo, onde são três regionais juntas, a gente vai ter

quatro, oito... 12 eleições simultâneas, que é governo, trabalhador, usuário e entidade. Então, são 12 eleições simultâneas, precisa de coordenador para as 12. Então, sempre essas maiores ir mais pessoas ainda para auxiliar, que é muito importante. “Inciso II, discutir o tema e o lema da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social; inciso III, eleger delegadas e delegados para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social; IV, realizar o ato de conferir, que consiste na apresentação da situação de cumprimento das deliberações aprovadas na 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Art. 6º: As Pré-Conferências Regionais terão a seguinte programação”. Pode descer. Pode ir. “Programação das Pré-Conferências Regionais de Assistência Social de Minas Gerais 2025. Das 8h às 12h: credenciamento, equipe organizadora da pré-conferência”. O credenciamento dura a manhã toda, porque tem gente que chega atrasada, aí tem que deixar o credenciamento lá. Exatamente. “Das 9h às 9h10: abertura e boas vindas, diretorias regionais SEDESE, conselheira ou conselheiro do CEAS”. A gente fez uma abertura menor, geralmente só com três participantes, deu muito certo, porque não atrasa e dá mais celeridade ao evento. “Das 9h10 às 9h30: leitura do Regimento Interno”. Colocamos só a leitura porque a gente vai colocar para consulta pública essa proposta, então ele já vai aprovado. Regimento da pré-conferência não tem muito o que mexer, basicamente. Vocês vão ver que tem pouco... não tem nem muita margem para discussão assim. “Das 9h30 às 10h: Painel 1 - Diagnóstico sobre o SUAS na regional SEDESE, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; 10h às 11h: Painel 2 - 20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência. Construindo com união, protegendo com ação e resistindo com determinação”. Nessa palestra, a gente sempre chama um palestrante convidado, de preferência da região. Mais para a frente a gente vai levantar nomes com vocês de pessoas que vocês sugerem que sejam palestrantes convidados, e aí a SEDESE arca com as despesas se a pessoa não morar lá, tem alimentação e tal. “Das 11h às 12h: debate e esclarecimento de dúvidas”. Então ficou um longo período de debate, que aí as pessoas gostam, para elas fazerem essas intervenções. “Das 12h às 13h30: almoço”. Colocamos uma hora e meia, que uma hora de almoço geralmente não dá certo, acaba atrasando a programação. Nas outras foi muito tranquilo, nenhuma atrasou, se eu não me engano. “Das 13h30 às 14h: ato de conferir, apresentação da situação de cumprimento das deliberações aprovadas na 15ª Conferência Estadual”. Normalmente, a SEDESE faz a parte dela do ato de conferir, depois o CEAS também apresenta, com a sua avaliação, do que foi cumprido, o que não foi cumprido, o que foi cumprido em partes. São 15 deliberações, a gente pensou em

meia hora. “Das 14h às 14h30: debate e esclarecimento de dúvidas; 14h30 às 16h: orientações e votação para eleição de delegadas e delegados para a 10ª Conferência Estadual”. Deixamos um prazo maior para eleição. Geralmente a gente até usa menos, mas principalmente para essas regionais maiores pode ser que atrase um pouco. E também se o ato de conferir atrasar, a gente fica com uma margenzinha para não ter problemas. “Das 16h às 16h30: plenária final, apresentação dos delegados eleitos e eleitas e encerramento”. Pode passar. Então ela começa às 9h e termina às 16h30. “O GT de organização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social indicará as pessoas responsáveis pela condução dos trabalhos nas Pré-Conferências Regionais”. Quando chegar mais perto, gente, a gente vai fazer uma tabelona que vai colocar cada conselheiro, qual conferência que ele vai e tudo direitinho. E sempre quem não participou, um dia antes a gente faz aquela reunião de... um dia antes da conferência a gente faz uma reunião de trabalho mesmo assim: “Fulano, você vai ficar na eleição tal”, “não sei quem ajuda no credenciamento”, “tal pessoa fica com os microfones”. Então é divisão de tarefa mesmo, todo mundo faz tudo, basicamente. A diretoria regional, ou as diretorias regionais, também coloca as equipes dela, como a Rosa relembrou. E, assim, precisa de muita gente mesmo, que são muitos microtrabalhos para serem feitos, assim: um para controlar o tempo do palestrante, outro para levar o microfone, outro para tirar dúvida... Então tem a divisão de trabalho mesmo. **Rosalice, Cmssvp:** E quando é mais de uma regional, igual lá em cima, Almenara, ‘nã-nã-nã’, na hora da eleição divide os municípios. Dentro dos municípios, ainda a gente divide para... Então, a gente precisa de... Se possível, gente, quem puder... “Ah, eu não quero ir como palestrante”. Mas vai para ajudar na organização, porque é um trabalho muito grande. É um trabalho muito árduo e é cansativo. Então, não adianta a gente ter meia dúzia de conselheiros assumindo as conferências regionais, que no final, quando chega na Conferência Estadual, os conselheiros vão estar desgastados, aí vai dar aquele mal-estar. Então vamos tentar se organizar para o período da conferência regional, para todo mundo estar participando. O Conselho Estadual, hein, Marcelo, poderia estar... aquelas pessoas que têm dificuldade: “Ah, o meu município não me libera”, ou “minha entidade não libera”, o Conselho Estadual pode emitir um ofício solicitando a liberação, explicando a importância das conferências, a importância desse momento de controle social para a própria Política de Assistência Social. A gente pode fazer essa motivação, esse esclarecimento para as entidades. Mas não vamos deixar de ir, não, porque senão é muito desgastante mesmo para quem pode ir. **Simone, CFR:** Acho muito importante o

que a Rosa traz, mas não dá para deixar passar em branco, né, de dizer também que a gente, quando vai como conselheiro, a responsabilidade é gigantesca na representação. E ouvi isso, né, assim, ouvi-se isso lá, que os conselheiros iam e chegavam lá, ficavam como... sentados como convidados. Eu presenciei muito isso. E, tipo, assim, é sério, é muito sério isso, né? Eu acho que a gente não está lá para sentar como convidado e ficar batendo papo. A gente tem que estar ali na organização, né, na atenção. Lembrando que os outros... os municípios também, eles entram nessa construção junto, por isso que acontece essa reunião anterior, né, sempre à noite, no finalzinho da noite, mas reforçar a importância de os conselheiros entenderem que eles não estão lá para sentar, e sim para contribuir. **Mariana, Sedese:** Eu vou na... só reforçar o que vocês estão falando, que realmente é muito trabalho. Aí eu lembro muito: as horas que dão mais trabalho é o credenciamento e os grupos. E aí, mesmo tendo equipe da SUBAS e das regionais, não dá conta, gente, porque na hora dos grupos também é muito difícil. Eleição. Então, é, os grupos... o grupo que eu estou falando é eleição. Na hora de fazer a eleição, dá briga, dá briga, e precisa de os conselheiros estarem apaziguando e ajudando. Então, assim, realmente é muito importante estar todo mundo com muita disposição e disponibilidade. Aí um outro ponto que eu ia comentar também é sobre os palestrantes. E aí lembrando aqui de 2023, a gente teve alguns palestrantes indicados pelo CEAS, e as regionais buscaram muitos professores de faculdades das regiões. Então, por exemplo, região do norte de Minas a gente tem a UFVJM, Unimontes, no sul de Minas também a gente tem várias federais que têm muitos cursos de Humanas. Então, a gente buscou pessoas da área de Humanas, de políticas sociais, né, pessoas com bagagem também mais acadêmica, e eu acho que foi muito bom. As que eu participei pelo menos tiveram pessoas boas que falaram principalmente desse histórico, né? Como a gente vai falar de 20 anos, traz um pouco de história... Porque... a gente pensar que as pessoas que vão para as conferências são pessoas dos municípios, então tem de tudo: tem trabalhador, sociedade civil, usuário... Então, assim, pensar pessoas boas que saibam falar, assim, desse cenário, da garantia de direitos, dos movimentos sociais, da assistência social, para realmente contribuir ali nas reflexões e discussões, mas aí para a gente tentar buscar já quem é que está no interior, que souber, que lembrar para... Porque não é fácil a gente conseguir palestrantes também para todas as regionais. **Macielle, Cmas de Teófilo Otoni:** Estava conversando com a Patricia ali, que me veio à mente... Porque, assim, no meu município pelo menos, né, eu não sei no de vocês, mas a maioria das vezes, quando acontece conferência, a gente pensa no palestrante primeiramente

professor. Geralmente esse é o pensamento. Só que, assim, no meu município, por ter a federal, o pensamento é sempre um professor da federal, mas, querendo ou não, a prática e a teoria, infelizmente, elas são separadas, gente. Não deveriam andar separadas, mas na hora de trazer a fala... Tanto que, assim, a discussão às vezes é até grande com os professores que a gente conhece lá da federal que na hora das discussões e desses temas que são importantes para o debate, fica um pouco acho que distorcido daquilo que a gente vivencia na prática. Aí eu pensei no seguinte: por que não fazer de forma diferente desta vez? Ao invés de ser um professor, por que não, por exemplo, um usuário que tem um conhecimento ali do dia a dia? Por que não às vezes alguém que está, por exemplo, representando alguma comunidade... Como é que é o do quilombola?

Isac, Ccqamrd: Você fala de comunidades tradicionais **Macielle, Cmas de Teófilo Otoni:** É. Por exemplo, por que não alguém que está tão na prática e fazendo o SUAS acontecer na prática para trazer essa discussão? Eu acho que a gente poderia sair... quebrar um pouco essa coisa de professor, inclusive, por essa questão de procura-se e às vezes não tem... né? Todo mundo está muito ocupado ou todo mundo está sendo muito cotado. Por exemplo, eu vou dar um exemplo: nós temos uma professora aqui na Psicologia que ela é referência no SUAS. Acho ela excelente, mas todas as palestras se pensa na mesma pessoa. Eu acho que estão em todos os eventos sempre os mesmos. Eu acho que nessa conferência a gente poderia tentar fazer diferente, diversificar, pensar em uma estratégia para trazer algo mais pensando na prática do que só na teoria. Minha visão, não sei se vocês concordam. Mas meu município se prende tanto no discurso da federal, e a gente vê os próprios usuários na hora da escuta: “O que esse professor está falando?”, “o que esse palestrante está falando?”, que traz uma teoria completamente voltada para teoria, e prática fica a ver navios. Eu acho que a gente poderia olhar mais para a prática desta vez. Não sei se vocês concordam. Às vezes é o que está até precisando para que essas deliberações, que toda conferência vêm as mesmas deliberações, e não muda o cenário... Então, talvez a tática de trazer essas falas pudesse ser diferente. Uma visão pessoal. **Simone, CFR:** Eu só quero contribuir mesmo com a Macielle, assim, nesse diálogo que ela traz. Estou até cochichando aqui, vou tirar o microfone para eu falar o nome, mas eu não aguento mais chegar no CMAS e o Prof. Bernardino falar. Então, assim, é só para dizer nesse lugar mesmo. Tanto que isso é um incômodo, né? Tipo, assim, só tem ele? Só tem essa pessoa? Porque é sempre o mesmo, né? Então, assim, só para reforçar mesmo, viu? **Isac, Ccqamrd:** Um pouco na linha da Macielle. Macielle, nas conferências anteriores a gente exercitava também de os

segmentos que têm representação no CEAS, eles levantarem possíveis pessoas daqueles segmentos que possam contribuir. Lembro que na conferência passada a gente teve muita... a gente teve palestrante que foi indicado pelo Fórum de Trabalhadores. Então, acho que principalmente os fóruns estaduais tentarem fazer esse diálogo nas suas bases e fazer esse levantamento dessas pessoas, né, que podem participar. Realmente, tem várias pessoas. E, assim, acho que para o CEAS quanto mais diversificadas ficarem essas representações, melhor. E até chegar mais próximas das conferências regionais, a gente tem essa tarefa de ir mapeando e indicando possíveis pessoas para participar como palestrantes nas conferências regionais. Ah, e só... Ah, lembrando: agora, para as municipais, a gente usou isso também na conferência passada. Tem pessoas que estão ligadas ao SUAS e que não estão no CEAS que também foram indicadas pelos fóruns para representar o CEAS em determinadas demandas, assim como alguns são indicados pela SEDESE. **Mariana, Sedese:** Só para complementar que eu superconcordo também. E aí eu lembrei que eu acho que Isac e Simone chegaram a dar algumas palestras também, e foi ótimo, como representação dos usuários, que eu estou lembrando. E talvez... É, eu acho que é porque a sua não devia estar presente. Eu lembro de ter visto vocês dois. Mas uma outra possibilidade também é: quando a gente conseguir representação de usuários, ter duas pessoas, porque aí uma hora daria para ficar mais ou menos 30 minutos para cada. Se conseguir, né? Estou falando... talvez é uma forma de flexibilizar também. **Isac, Ccqamrd:** Isac, Comissão de Quilombolas novamente. Mariana, isso aí que você está falando é porque a programação que a gente tinha na conferência regional passada, eu estou lembrando que ela tinha na parte da manhã... ou na tarde tinha dois momentos: um era uma palestra do CEAS que era sobre controle social, que era feito pelo CEAS, era um conselheiro do CEAS. Às vezes era da sociedade civil, às vezes do governo, mas tinha um... tinha o controle social, que era tratado como um tema lá e que era exposto pelo CEAS. (ininteligível) apresentação da SEDESE, tinha do CEAS e tinha de outro convidado. **Elder, Sedese:** Sou eu? A gente pode pôr de 10h às 11h. Ao invés de “palestrante”, “palestrantes convidados”, e aí pode colocar “CEAS e palestrantes convidados”, que aí já resolvia isso e deixar mais livre. Aí organiza com palestrante a divisão do horário, porque se a gente coloca meia hora, meia hora, às vezes o palestrante vai pegar tudo... Sim. E tem lugar que não. Então, só no “responsável” colocar “conselheiro do CEAS e palestrantes... palestrante ou palestrantes convidados”. Aí a gente vai se organizando. **Patricia, Feapaes:** Deixa eu só... Eu não lembro muito em relação à conferência passada, das pré-conferências, mas se a gente

colocar “conselheiro do CEAS”, a gente tem que ter uma disponibilidade grande, né? São 14. Isso. Porque senão eu tenho que colocar como obrigatoriedade, depois a gente não consegue uma pessoa para fazer a representatividade também nesse local... **Elder, Sedese:** Põe, então, só “palestrantes convidados” e a gente se organiza. É. Põe “palestrantes convidados” lá em cima, ok? **Sandra, Sintibref:** Então, gente, bom dia. Desculpem o atraso, foi uma questão interna. Mas aqui... Mas aqui... Essa questão... Muito de acordo com a fala da nossa colega. Mas eu tenho que falar, gente, foi uma notícia também triste. Esse atropelamento que teve no Lifecenter foi uma colaboradora, ex-colaboradora nossa. Viu uma pessoa que morreu atropelada no Lifecenter ontem? Ontem. Aí hoje, assim, tive uma notícia triste. Fui lá resolver um problema, e todo mundo estava se preparando para ir no velório. Muito triste. Mas fechando o parêntese, né, é interessante também... Não sei se já está na hora de falar de conteúdo. A gente fica bem preso ao tema da conferência. Eu acho que não podemos deixar... Assim, trazer pessoas da ponta e também da Academia, que é muito bom fazer essa questão aí da... prática, né, mas, assim, nesses 20 anos o que a gente protegeu, como é que nós resistimos, sabe? A gente não esquecer o que é o tema. Vinte anos... E o que a gente está propondo para a frente, para não ficar repetitivo. Olhem o tema da conferência: 20 anos do SUAS. A gente tem que falar disso, o que isso foi de contribuições... deu contribuição para o avanço da Política de Assistência Social, quais são os desafios ainda e pensar o futuro, porque muitas vezes a gente... né, para não ficar repetitivo, a gente às vezes esquece, desvia um pouco do tema que é essa conferência dos 20 anos. O que nós protegemos, né? Usuário, trabalhador, gestão, como é que está isso? Quais foram as nossas resistências? Porque a gente resistiu. Os municípios têm um papel fundamental no tempo da pandemia, a gente sabe disso. Tem que validar isso, né? Tem que validar, porque foi, assim, uma contribuição dos municípios, senão o SUAS tinha ido... No outro governo também. Vocês sabem, né, o que a gente passou. Então, assim, o município é que segurou o SUAS. Os municípios. Então, assim, isso é, inclusive, reconhecido no âmbito federal. Sempre... a saudosa Simone Albuquerque falava de como é que os municípios tiveram esse papel importante. Então a gente não esquecer do tema, e nós estamos falando de 20 anos, o que resistimos, o que protegemos e o que vamos aprimorar para a frente. É nesse ponto, tá? Obrigada. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado, Sandra. Ô, gente, nós vamos ter que continuar o texto aqui, né? **Elder, Sedese:** Pode descer, que a gente já passou isso aí. Pode ir. Não, volta. Volta. “O GT de organização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social indicará as pessoas responsáveis pela

condução dos trabalhos nas pré-conferências. § 2º: Caso seja necessário, a programação poderá sofrer alterações durante a realização da Pré-Conferência Regional, com exceção do horário de credenciamento e de encerramento, desde que sejam mantidas as atividades previstas. § 3º: As Pré-Conferências Regionais contarão com um espaço de soluções que tem por objetivo resolver os casos omissos no Regimento Interno. Art. 7º: Os municípios deverão garantir a participação de suas delegadas e seus delegados durante toda a programação das Pré-Conferências Regionais, conforme programação disposta no artigo anterior. Art. 8º: As delegadas e os delegados das Pré-Conferências Regionais, devidamente credenciadas e credenciados, terão direito à voz, bem como direito a voto, no processo de eleição de delegados e delegadas para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social. Parágrafo Único: Na ausência da delegada e do delegado titular credenciados, o suplente assumirá a titularidade. Capítulo 2, Do Processo de Escolha das Delegadas e dos Delegados para a 16ª Conferência Estadual”. Está em verdinho porque estava “15ª”, aí a Macielle viu e a gente corrigiu. “Art. 9º: As Pré-Conferências Regionais deverão eleger, dentre seus participantes, as delegadas e os delegados para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de acordo com os seguintes segmentos de representação: I, governamental; II, entidades e organizações de assistência social; III, usuárias e usuários do SUAS; IV, trabalhadoras e trabalhadores do SUAS. Art. 10: No processo de eleição das delegadas e dos delegados para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social deverão ser observadas as seguintes diretrizes: I, a diversidade dos municípios que integram a região, de modo a retratar a realidade regional”. Então, sempre na eleição a gente sempre procura diversidade de município. Então, se tem duas pessoas do mesmo município sendo eleitas delegadas, a gente sempre fala: “Olha, tem que ter diversidade. Então um, por favor, entrem em acordo”, aí um vai e vamos chamar de outro município. Quando possível, né? Se não tiver, deixa do jeito que está. “II, o efetivo vínculo da delegada e do delegado com seu segmento de representação por meio da participação na defesa dos interesses desse segmento, em conformidade com o disposto no art. 2º”, que é aquele que fala quem é usuária, quem é trabalhador, quem é entidade. “Art. 11: O número de delegadas e delegados a serem eleitas e eleitos em cada Pré-Conferência Regional deverá observar: I, o número de municípios da área de abrangência da conferência; II, o número de municípios por regional SEDESE; III, a proporcionalidade de delegados dos três segmentos da sociedade civil e a paridade entre delegados da sociedade civil e do governo”. Pode continuar. “IV, a priorização das representantes e dos representantes de

usuárias e usuários na repartição de vagas destinadas à sociedade civil. § 1º: O número de delegadas e delegados eleitas e eleitos nas Pré-Conferências Regionais para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social deverá seguir a proporcionalidade e a divisão de vagas, conforme descrito abaixo”. Agora vamos à matemática. Então, não sei se você se lembra... É, que matemática. O número de delegados por município é: pequeno porte 1, pequeno porte 2 e médio porte, seis; grande porte, 12; metrópole, 30. Todos esses números são múltiplos de seis. Para que a gente conseguisse fazer a divisão certinha, o número de delegadas e delegados por regional tinha que ser um múltiplo de seis. Além disso, a gente queria garantir a possibilidade de todo município mandar pelo menos um delegado, porque o nosso estado é muito grande. Possibilidade, porque na prática não acontece, porque tem gente que não quer ir, tem município que não faz conferência, mil coisas acontecem. Mas a possibilidade a gente gostaria que ela existisse. Então, o primeiro pressuposto é que o número de delegados tinha que ser maior do que 853, o primeiro ponto era esse. Então, o que a gente fez? Cada regional, o número de delegados e delegados que ela vai mandar é o primeiro múltiplo de seis acima do total de municípios da regional. Então, por exemplo, Almenara tem 17 municípios. O primeiro múltiplo de seis depois de 17 é 18. Ali está 19, mas eu vou explicar o porquê já, já. Vem aí. Então, a mesma coisa: Araçuaí tem 16. O primeiro múltiplo de seis é 18. Então a gente foi fazendo esse cálculo para conseguir pôr as vagas sempre em múltiplos de seis, para garantir a divisão. Quando vocês veem ali o total de delegados e delegadas, está tudo... ao invés de 18, está 19; ao invés de 24, está 25. Por quê? Além dos delegados e delegadas eleitos no município, nós temos os delegados do CEAS, que são delegados natos. Todos os conselheiros, titulares e suplentes, são delegados. Isso é muito importante, gente. Não entrem em eleição, porque teve gente que entrou já, assim, em eleição achando que tinha que se eleger para a Conferência Estadual. Todos nós somos delegados e delegadas. E além disso, a gente... E além disso, a gente sempre garantiu vagas para as regionais da SEDESE, e isso... Todos os processos conferenciais têm vagas de governamentais para regionais SEDESE. São 22 regionais SEDESE, então a gente garantiu uma vaga para cada uma das regionais. Então, para compensar essa vaga, foi até uma ideia do Isac no processo conferencial de 2023, para compensar essa uma vaga por regional, a gente tem que aumentar uma vaga da sociedade civil, e o Isac sugeriu que aumentasse uma vaga de usuária e usuário. Então, por isso que ao invés de 18, está 19; ao invés de 24, está 25; ao invés de 60, está 61. É essa vaga extra do usuário e usuária. Então é por isso. É, exatamente. Então, olha

só, Almenara ficou com 19 delegados, nove governo, quatro usuários, três trabalhadores e três entidades. Então, seria nove, três, três e três, que dá 18 e 18, mas como tem um usuário a mais... Aí vocês vão ver que em todas as linhas no usuário vai estar um a mais, que é essa compensação para delegadas e delegados da SEDESE. Vocês querem que leia linha por linha ou pode passar? Todo mundo entendeu o cálculo? Beleza. Eu vou... Ah, e só um ponto também: Metropolitano, exceto Belo Horizonte, e Metropolitano apenas Belo Horizonte. Belo Horizonte é a única metrópole de Minas Gerais, ou seja, o único município com mais de 900 mil habitantes. Ela leva 30 delegados... ela tem 30 vagas de delegados para pré-conferência. Por isso que ela está separada. Então tem uma eleição para os municípios da região... dos municípios da regional metropolitana fora de BH, e BH todo mundo que se elegeu para a pré-conferência vai direto para a Conferência Estadual. Então por isso que tem essa divisão. **Ester, Sedese:** A conta ali de BH dá 31. **Elder, Sedese:** É porque tem um usuário a mais. É a mesma lógica. **Ester, Sedese:** E aí não passa para 31, não, no total? **Elder, Sedese:** Passa para... Ah, não, é verdade, Ester. Ali é cinco, cinco e cinco. O usuário a mais está lá na Metropolitana, exceto Belo Horizonte. Muito bem observado. Então, embaixo, metropolitana apenas BH, é cinco. É. Ao invés de seis, cinco na linha de usuário aí. Muito obrigado. Ia sair errado. (ininteligível) uma vaga a mais, imagina a briga que ia ser. Não. **Ester, Sedese:** A dos outros eu não contei, não, hein? **Elder, Sedese:** Depois a gente confere para ver se o cálculo está certinho. Pode ir? Então a gente teria de total... Pode descer. Total de delegados municipais: 946. E a divisão para o segmento está aí: 462 governos, 176 usuários, 154 trabalhadores, 154 entidades. Antes de a gente publicar eu confiro só o cálculo, para ver se não ficou esse um a mais, mas não ficou, porque o número está par. “Além das vagas mencionadas no § 1º, também serão reservadas as seguintes vagas para delegadas e delegados na 16ª Conferência Estadual de Assistência Social: 40 vagas para conselheiras e conselheiros do CEAS”, que eu acabei de explicar; “22 vagas para profissionais das Diretorias Regionais da SEDESE”, que eu também expliquei. E colocamos profissionais que não necessariamente vai ser o diretor regional. Às vezes ele está de férias, não vai poder participar. **Ester, Sedese:** E os servidores da SEDESE. Servidor da SEDESE também é delegado? **Elder, Sedese:** Vamos falar mais à frente. Isso está mais para a frente, mas quando sobra vaga no segmento governamental, elas são divididas entre COGEMAS e SEDESE. Aí entram os servidores da SEDESE. Mas não tem vagas garantidas a princípio, não. Mas geralmente sobe. É, nato, não. “§ 3º: Participação da 16ª

Conferência Estadual de Assistência Social um total de 1.008 delegadas e delegados”. Então, somando os 946, mais esses 40, mais 22, dá 1.008. E aí é por isso que quando a gente fez aquela mudança de seis para oito, até comentei para vocês para ficarem tranquilos que não ia ter uma grande redução no número de delegados no fim das contas. Eram 1.021, passou para 1.008. Então foi uma redução muito pequena. Porque quando a gente usa essa estratégia do múltiplo, então não variou; o múltiplo de oito, múltiplo de seis, ficou muito próximo. “Art. 12: Na ausência de candidata e candidato para representar um dos segmentos da sociedade civil na própria regional, as vagas serão destinadas para outros segmentos, conforme a ordem de prioridade a seguir: usuárias e usuários do SUAS; trabalhadoras e trabalhadores do SUAS; entidades e organizações de assistência social. § 1º: Só poderá candidatar-se a participar da 16ª Conferência Estadual a participante ou o participante da Pré-Conferência Regional devidamente credenciada ou credenciado na condição de delegada ou delegado. § 2º: Deverão ser eleitas ou eleitos nas pré-conferências um quantitativo de suplentes correspondente a até 100%”. Está em verde, que foi uma sugestão do Isac. Estava “50%”, a gente colocou até “100%”, até porque se a gente colocasse “100%”, a gente descumpriria a resolução em regionais que eventualmente não têm o suplente suficiente. Então por isso que colocou “até 100% do total de delegadas ou delegados eleitos no respectivo segmento. § 3º: Os suplentes somente assumirão a condição de titularidade na ausência de alguma delegada ou algum delegado. § 4º: Ao final das Pré-Conferências Regionais, se houver vagas não preenchidas da representação governamental para a 16ª Conferência, estas serão distribuídas: 50% para COGEMAS, 50% para SEDESE. § 5º: Ao final das Pré-Conferências Regionais, se houver vagas não preenchidas da representação da sociedade civil, estas serão distribuídas de maneira equânime entre os suplentes das demais regionais SEDESE”. Isso também foi uma sugestão para a gente não deixar vagas ociosas no final do processo conferencial. Então, se no fim chamou todo... no final de todas as pré-conferências teve alguma regional que não conseguiu preencher todas as vagas, essas vagas vão ser distribuídas entre as demais regionais. “Se o número de vagas remanescentes mencionados no § 5º for menor que o número de regionais SEDESE”, ou seja, a gente vai distribuir de maneira equânime, ou seja, igual entre todas as 22, aí suponha que sobrou só 20 vagas, então a gente precisa de um critério. “A distribuição de vagas priorizará as regionais SEDESE com maior percentual de beneficiários do programa Bolsa Família em relação à população total”. Pode passar. E esse aí é supertranquilo, a gente faz o *ranking* rapidinho com o percentual, já vê qual

vai ser a regional que vai ser priorizada. Esse critério é um critério bom, porque ele vai favorecer as regionais do norte de Minas e que, se a gente fizesse algum critério de número quantitativo, ia ser metropolitano, óbvio. Metropolitano, Uberlândia, tal. “Art. 13: As fichas de inscrição para a 16ª Conferência Estadual deverão ser preenchidas com as informações das delegadas e delegados, titulares e suplentes, ao final da eleição. Capítulo 3, Das Moções”. Isso, na nossa primeira leitura, a gente não tinha colocado, mas depois a gente acrescentou, porque não tinha falando de moção, agora tem. “Art. 14: Será permitida a elaboração de moções durante as realizações das Pré-Conferências Regionais de Assistência Social. Parágrafo Único: Moções são manifestações escritas e elaboradas por delegadas e delegados que buscam apoiar, recomendar ou repudiar ações sobre o Sistema Único de Assistência Social. Art. 15: As moções a serem lidas na plenária final deverão ser assinadas por 10% das delegadas e delegados presentes nas pré-conferências”. Só colocar “por pelo menos 10%”. A gente tinha esquecido. “Observadas as regras estabelecidas neste regimento”. **Simone, CFR:** Só... Mas na conferência anterior... Quando a gente coloca aqui “10%”, às vezes, quando chega lá, o delegado tem dificuldade de compreender o que é esse número 10%. E a gente pegou muito nisso, né? “É 21”, “é 22 pessoas?”, as pessoas arrumaram aquela contação de pessoas... É. Aí... Então, assim, eu acho que... não sei como, mas colocar de uma forma mais dinâmica aqui, sabe? Não pode falar “clara”, né? Mais dinâmica no sentido do que é 10% em cima... um número, sabe, para a pessoa conseguir ter um cálculo. Não estou conseguindo pensar assim... É porque isso aconteceu, sabe? Então não sei como é que a gente constrói. Ou pensar uma outra metodologia, através da inscrição... Não sei como. Tá. **Isac, Ccqamrd:** Eu acho... Simone, acho que... não sei se tem que estar no regimento, mas normalmente, na conferência, a equipe organizadora, ela divulga o número, e aí vai ter o número inteiro, inclusive com a contagem de 10%. Mas isso é uma orientação que a gente só vai saber lá na conferência. E acho que, de repente, é quem estiver participando da conferência fazer essa orientação assim que possível. Normalmente, depois do almoço, que já acabou o credenciamento, volta para a conferência já informando o número que é necessário para a moção. Acho que de repente é ampliar essa divulgação lá com o número inteiro. **Elder, Sedese:** É, o único jeito de colocar seria calcular 10% do total de delegados, mas é dos presentes, então é um número geralmente muito menor. Eu acho que tem que chegar na conferência, no dia lá, e falar umas 10h: “Olha, gente, estamos agora com tantos presentes. Então as moções vão ser no mínimo de tanto”. **Patricia, Feapaes:** Patricia, FEAPAES. Eu acho

que a gente pode diversificar a forma de comunicação em relação aos 10%: colocar aviso, pregar nas salas, né, além de falar só na plenária, porque eu lembro que na última conferência falou na plenária. Mas se perdeu. Aí eu acho que a gente pode fazer outras formas de comunicação para que isso... que as pessoas tenham acesso. **Simone, CFR:** É. Estou só dizendo disso porque aconteceu, e muitas pessoas ficaram com a moção na mão sem conseguir fazer a entrega. E foi um gargalo, assim, uma raiva só, né, porque: “Ah, mas eu contei que tinha que ser dez, aí depois eu contei que tinha que ser 15”. Lembrando que o credenciamento... as pessoas não chegam no mesmo horário, né? Então ela vai... Então só para... não sei se consta aí, mas a gente ter uma atenção maior sobre isso. **Elder, Sedese:** É. Eu sugeriria, inclusive, a gente até orientar os delegados e delegadas entregarem as moções com quantas assinaturas tiverem, assim, falar: “Vê e entrega”. Porque o que acontece é que as que não tiverem 10% não vão ser lidas. É só entregar, dependendo de quanto tiver. **Macielle, Cmas de Teófilo Otoni:** Por que não coloca então assim: “A cada 500 participantes, 20...”. Exemplo, né? “A cada mil participantes, cem assinaturas”, entendeu? Ficaria... Fica mais claro, eu acho. **Elder, Sedese:** Sugere aí então, gente. Vai, Mariana, no microfone. **Mariana, Sedese:** Não, mas é porque... Olha só. É, eu estou chutando o número, mas vamos lá. A gente sempre tem uma quebra nas participações. Então, está 10% dos presentes. Poderia ser 20 ou 30% do limite de participantes. Porque o limite está dado, não é isso? Então sobe. Ao invés de dez, já que vai subir o total, sobe também o percentual. É isso que eu estou falando. **Elder, Sedese:** É porque assim, ó, por exemplo, uma conferência de 500 delegados, 10% é 50, mas geralmente os presentes vão 250. Então, 10% seria 25. Se a gente pedir 20% de 500, vai dar cem. Então a gente tem que pedir 5% de 500, tem que pedir menos. Entendeu? Então vamos... Pode falar. **Rosalice, Cmssvp:** Vocês estão complicando muito o negócio. Eu acho que a ideia da Simone era facilitar, Vocês estão é complicando, gente. Quem estiver no credenciamento... A equipe da Secretaria Executiva sempre acompanha as conferências regionais. Elas são obrigadas a lembrar disso. É um ponto. Ah, acabou o credenciamento? Antes de separar para os grupos... Porque a moção pode ser entregue, assim, uma hora antes de finalizar. A gente coloca... É, um minuto antes. A pessoa tem todo o tempo ali para ficar pegando as assinaturas. O que acontece? Finalizou o credenciamento, que o credenciamento não fica o dia inteiro, o credenciamento termina o quê? Meio-dia. Às 12h10 a pessoa já tem o número de pessoas presentes. Ninguém vai chegar depois de 13h. Para o final? Aí a gente... né, a pessoa está indo só para o final. Às 12h10 a pessoa senta ali bonitinha, já soma os

presentes. Presente é convidado, presente é delegado, presente é todo mundo. Isso a gente tem que deixar claro. Calculou 10%: “Ô, presidente da Mesa, aqui, ó, 10% é isso”. Aí faz igual as meninas falaram, a gente coloca... faz cartaz lá e coloca... A mão mesmo. “Ô, 10% dos presentes... a moção tem que ter dez assinaturas, tem que ter 20 assinaturas, 50 assinaturas”. Todo mundo vai ficar sabendo. Não precisa colocar a média tal, ‘nã-nã-nã’. Não, é só 10%. Não. É. Somou, cem pessoas, 10% daquelas cem pessoas e pronto. É muito simples. **Elder, Sedese:** É, eu também acho. **Rosalice, Cmssvp:** ser muito simples. **Isac, Ccqamrd:** Eu acho... complementando a Rosa, assim, acho... A gente estava até conversando aqui e pensando: Ah, coloca lá perto da mesa de credenciamento o número que é necessário. Pode ter um campo na própria moção também para falar qual é o número que vai ser necessário, que aí entrega a ficha de moção. Então, a pessoa, na hora que vai pegar a ficha, depois do almoço, as fichas que foram entregues já podem vir com o número necessário, número mínimo necessário, inteiro. **Rosalice, Cmssvp:** Rosa, Conselho Metropolitano. Gente, vocês desculpem, mas é porque eu já passei por várias conferências. Isac, tem gente que já chega na conferência: “Dá uma ficha de moção aí, por favor”. Ele nem quer saber quantos... Ele já pede, já pede o credenciamento... Isso é verdade, gente. Quantas vezes eu estava lá no credenciamento, a pessoa assim: “Tem ficha de moção?”. A pessoa já vai com essa perspectiva. Então, o jeito é informar isso... na hora que volta o almoço, já informa e já coloca em cartaz assim. Por isso que a gente fala que o trabalho é muito grande, porque quem está lá trabalhando, gente, não faz uma hora e meia de almoço, não, tá? Quem está lá trabalhando, se possível... É tudo muito rápido. A pessoa já fez lá o cálculo, já colocou nos cartazes, entendeu? **Simone, CFR:** Mas dizer que tem que almoçar, sim, né, Rosa? **Rosalice, Cmssvp:** Não, tem que almoçar. **Simone, CFR:** Porque senão a gente sobrecarrega também as pessoas. **Rosalice, Cmssvp:** Ah, não, tem que almoçar. **Simone, CFR:** Principalmente a Secretaria Executiva. A gente não está aqui para sugar o trabalhador, mas, assim, tem que almoçar e voltar, e aí é isso, né? Se o outro coleguinha está almoçando lá, aí a gente que é conselheiro aqui entra no lugar ali, faz o trabalho, o credenciamento... As pessoas que são contratadas para ficar nesse credenciamento muitas vezes não sabem nem o que é o SUAS. Isso acontece. É uma equipe que está ali para executar um trabalho simplesmente. Então, eu acho que deliberar que a gente esteja ali... E aí eu vou dizer mais uma coisa que eu acho que... eu gostaria muito de registrar: o respeito. Ouve-se muito com as pessoas que estavam sendo contratadas, uma equipe que é contratada que não é obrigada a saber do SUAS.

Logicamente, deveriam, mas não necessariamente. E, assim, eu presenciei muitos conselheiros aqui no lugar de autoridade de conselheiro na fala, né, como se fosse um dever, como se fosse obrigação da Secretaria Executiva, como se fosse obrigação daquela equipe estar ali... Eu acho que a gente está ali para ser uma assessoria e eu acho que o tratamento, ele tem que ser mais humanizado, sabe? Então, eu gostaria de deixar isso registrado, né? Agora, quando a Rosa falou mesmo, “elas são obrigadas”, me incomodou, sabe, assim? Por mais que elas são obrigadas em sentido, mas eu acho que não é a palavra legal que eu gostaria que fosse referida a mim. Então, eu acho que a gente tem que só...Eu entendi, mas... né, mas, assim, essa fala, a gente não pode replicar ela, né, nas outras pessoas. Talvez a pessoa não tenha o conhecimento, então vamos ali... vamos tentar dialogar de uma forma mais cuidadosa para que a gente faça uma excelente, né, pré-conferência aí. **Elder, Sedese:** Eu sugiro deixar o texto do jeito que está, e aí combinar todo mundo... Sempre vai ter alguém de nós na mesa, na hora do debate. Aí na hora do almoço, 12h, antes de liberar as pessoas para o almoço, fala: “Gente, para essa conferência as moções serão aceitas com tantas assinaturas”. Aí resolve. **Rosalice, Cmssvp:** É. Eu só queria justificar... No “obrigadas”, Simone, foi assim: porque é atribuição da Secretaria Executiva, tá, gente, é nesse sentido. É porque nós da Secretaria Executiva do Conselho Estadual que temos que dar essas informações lá na plenária. Sai da mão de quem está na responsabilidade do credenciamento, que não quer dizer que tem que ser Secretaria Executiva, pode ser nós, conselheiros, que estamos na coordenação do credenciamento. Eu fiquei até sabendo agora que é contratada equipe para fazer o credenciamento; nos velhos tempos era a gente que juntava todo mundo e fazia o credenciamento, por isso que o nível de trabalho era muito maior. Então nós éramos, sim. Teríamos que... nós que apresentávamos ao conselheiro da Mesa, que estava coordenando a Mesa, essa informação. Ele não tinha que nos perguntar; nós é que tínhamos que entregar para ele, entendeu? Então foi nesse sentido mesmo que eu falei. Se eu usei o termo e fui autoritária, vocês me desculpem, que não era minha intenção. Quem me conhece, sabe que eu não sou autoritária a esse ponto. **Marcelo, OAB:** Bom, muito obrigado a todos. Agora, 12h. Nós vamos parar nesse art. 15, vamos para o almoço e retornamos com a resolução. Retornamos às... Agora é 12h, 13h, né? Obrigada. Então é isso, né? Almoçar agora. **Elder, Sedese:** Boa tarde então. Vamos retomar a plenária? Os conselheiros titulares eu peço que retornem à Mesa, para a gente retomar agora a leitura da resolução, por favor. Secretaria Executiva, também, que eu não estou vendo. Podem retomar seus lugares. **Elder, Sedese:** Então,

continuando... **Elder, Sedese:** As Pré-Conferências Regionais. “Art. 16: As moções podem ser de apoio, recomendação ou repúdio”. Conselheiros, retornem à Mesa. Conselheiros. Isac, Lais. **Elder, Sedese:** Que a gente já voltou para a leitura. “Art. 17: As moções deverão ser entregues à Comissão Organizadora da Pré-Conferência até às 15h do dia da respectiva pré-conferência”. Então a gente combina que 12h a gente avisa quantas assinaturas tem que ter e tem que entregar até 15h. E acho que o melhor é falar com todos os delegados e delegadas para eles entregarem as moções com quantas assinaturas tiverem, que a única coisa é que moção que não tiver o mínimo de assinaturas não vai ser lida na plenária final. Art. 18. **Patrícia, Feapaes** Também tem que dar um retorno para eles que... **Elder, Sedese:** A Patrícia falou que é importante falar para os delegados e delegadas que não... avisar na hora: “Olha, as moções que não foram lidas é porque não chegaram a tantas assinaturas”. “Art. 18: A entrega das moções se dará pela delegada ou pelo delegado que a propôs à Comissão Organizadora da Pré-Conferência em formulário a ser disponibilizado por esta comissão. Art. 19: Somente se submeterão à leitura na plenária final as moções que obtiverem o apoio — aí pode anotar — de no mínimo... obtiverem o apoio mínimo apontado no art. 15”, que é 10% dos presentes; não é do total de delegados planejados. “Art. 20: Cada moção será submetida ao referendo da plenária final, e não serão aceitas novas moções durante esta plenária. Art. 21: Serão encaminhadas as moções referendadas pela maioria simples das delegadas e dos delegados da Pré-Conferência Regional. Art. 22: Só serão aceitas as moções que contribuam para o aprimoramento do SUAS”. Então, para entregar a moção é 10%. Aí a gente lê, e aí tem a votação, quem aprova e quem reprova. Se metade mais um aprovar a moção, está aprovada; se não, ela está reprovada. “Capítulo 4, Disposições Gerais. Art. 23: As pré-conferências serão regidas por um Regimento Interno, que será submetido previamente à consulta pública e aprovado pelo CEAS-MG em resolução específica. Parágrafo Único: A minuta do Regimento Interno a ser submetida à consulta pública é o anexo único desta resolução”. Então, já combinando, acho que a gente poderia deixar de... consulta pública nesse mês e aprovar na plenária seguinte, que aí tem um prazo bom para as pessoas fazerem suas contribuições. “Art. 24: A idade mínima para participar como delegada ou delegado na Pré-Conferência Regional é de 18 anos”. Patrícia. **Patrícia, FeapaesS:** Essa questão do Regimento Interno, que a gente deixa em consulta pública, eu acho que tem que ser bem comunicado, porque na conferência passada o pessoal reclamou muito. Queriam fazer as considerações lá na hora, principalmente os trabalhadores... o grupo de trabalhadores, né? Foi um

questionamento muito grande. Então, que a gente faça o máximo de divulgação dessa possibilidade de atualização ali do regimento para que a gente não tenha problema na própria conferência. **Elder, Sedese:** Obrigado. Muito bem lembrado. Isso aconteceu na Conferência Estadual, que realmente a gente também colocou para consulta pública, e deu uma confusão... Nas prés foi tranquilo, mas na estadual deu confusão mesmo. conhecimento Aí eu até sugiro à Secretaria Executiva para mandar um e-mail informando a consulta pública para todos os CMAS, pedindo para eles também informarem para os respectivos conselhos e movimentos de usuários da região para que tenham bastante e que tenham contribuições. “Art. 25: O almoço das delegadas e delegados representantes da sociedade civil nas Pré-Conferências Regionais será de responsabilidade da SEDESE. O almoço das delegadas e delegados representantes governamentais nas Pré-Conferências Regionais será de responsabilidade de seu município de origem”. O pessoal do CEAS também, todos do CEAS têm almoço também garantido pela SEDESE. “Art. 27: As despesas com transporte e hospedagem, se for o caso, de todas as delegadas e delegados para as Pré-Conferências Regionais serão de responsabilidade do município, de origem do participante e da participante”. Se for o caso, porque a conferência pode ser no mesmo município e, dependendo de onde a pessoa está, nem vai ter despesa. “Art. 28: Será garantido intérprete de Libras e condições de acessibilidade adequada para a participação qualificada de todas as delegadas e delegados nas Pré-Conferências Regionais”. Também foi sugestão. A gente melhorou esse artigo, porque só falava do intérprete de Libras. “Art. 29: São convidadas e convidados para as Pré-Conferências Regionais com direito a voz: gestora e/ou gestor do município sede da Pré-Conferência Regional. Só do município sede, porque se forem todos os gestores, aí aumenta muito o número, né? O evento vira outro. Presidente ou presidenta do CMAS do município sede da Pré-Conferência Regional; presidente ou presidenta da União Regional dos Conselhos Municipais de Assistência Social (URCMAS) das regionais a que se referem a Pré-Conferência Regional; representantes de organizações ou de fóruns de trabalhadores, de usuárias e usuários de entidades da região. Art. 30: Serão apoiadoras e apoiadores das Pré-Conferências Regionais com a função de orientação, esclarecimento e apoio na organização destas...”. Vocês querem trocar “esclarecimento” por outra palavra? Quê? **Elder, Sedese:** “Esclarecimento” por outra palavra? **Elder, Sedese:** Orientação... Aí, uma sugestão aí. “Com a função de orientação...”. **Elder, Sedese:** Só “orientação e apoio”, pode ser. “Orientação e apoio”, tirar “esclarecimento”. “I, diretoras e diretores regionais da SEDESE e suas respectivas

equipes; coordenadoras e coordenadores dos CREAS regionais e suas respectivas equipes; conselheiras e conselheiros estaduais; servidoras e servidores da SEDESE; servidoras e servidores da Secretaria Executiva do CEAS”. Só no art. 3º sugerir “conselheiras e conselheiros estaduais do CEAS”, porque tem vários Conselhos Estaduais. “Art. 31: As orientações e normativas referentes à 16ª Conferência Estadual serão emitidas por resolução específica. Art. 32: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Agora vamos para o anexo, que é o Regimento Interno. O Regimento Interno é quase igual a essa resolução. **Aí. Elder, Sedese:** Você quer falar? **Marcelo, OAB:** Só para reforçar que esse... a minuta do Regimento interno passou pela Comissão de Normas ontem, fizemos uma análise, e, assim, a Comissão de Normas estava com problema de participação, não é, estávamos somente eu e o Altair, o Altair teve um problema que teve que também dar uma saída, e aí ficou eu junto com a secretária executiva Poliana, mas nós fizemos uma análise do Regimento Interno e concluímos que ele é muito próximo, ou quase todo próximo, da própria resolução, a não ser quando vai tratar da eleição do... para Conferência Estadual. **Patricia, Feapaes:** Nacional. **Marcelo, OAB:** E para conferência... Não, estadual. Da regional para estadual. **Patricia, Feapaes:** Ah, sim. **Marcelo, OAB:** É isso. Então, nós... na comissão nós caminhamos pela aprovação desse regimento. **Elder, Sedese:** Vocês querem que leia tudo ou eu posso só ler o que é diferente? O que é diferente. **Elder, Sedese:** Tá bom. O que é diferente não, né? O que tem a mais, que diferente não tem nada. Pode ir descendo então. O art. 1º é igual. Esses textos são todos iguais à resolução mesmo. Pode descer, que eu acho que a parte em verde que vai... que a gente mexeu. A programação é a mesma. Lembrando para alterar a programação, para ficar igual à programação de cima. Eu acho que a gente só mudou aí para “palestrantes convidados”. **Elder, Sedese:** Tem. A programação é a mesma. O que está em cima, está embaixo. Só mudar “palestrantes convidados”, que a gente mudou. **Elder, Sedese:** Vamos ver. Pode descer. Pode voltar. Esse aí eu vou ler, porque ele tem... ele... esse é um que não está lá em cima. “Os painéis das Pré-Conferências Regionais de Assistência Social terão como objetivo apresentar o diagnóstico sobre o SUAS na regional SEDESE, discutir o tema da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social, a saber: 20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência, e o lema elaborado pelo CEAS-MG: ‘construindo com união, protegendo com ação e resistindo com determinação’. Art. 7º: O ato de conferir terá como objetivo apresentar a situação de cumprimento das deliberações aprovadas na 15ª Conferência Estadual de Assistência Social e será conduzido em conjunto por

representante da SEDESE e conselheiro do CEAS”. Pode baixar. Acho que isso até estava igual, acho que era só aquele ali. “Art. 8º”. Esse não tem na resolução, mas tem no regimento. “Após as apresentações, serão abertas as inscrições de delegadas e delegados, convidadas e convidados para intervenção oral ou esclarecimento de dúvidas. Parágrafo Único: Para ampliar a participação, cada intervenção oral terá duração de, no máximo, três minutos”. Estava “dois minutos”. Foi sugestão da Patrícia de ser três minutos para seguir a mesma lógica do nosso Regimento Interno. Ok. Esse Capítulo 4 eu acho que eu tenho que ler, porque ele não estava lá em cima, não. Pode ir. “Capítulo 4, Da Eleição das Delegadas e dos Delegados para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social. Art. 9º: O processo de escolha das delegadas e delegados para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social dar-se-á conforme aprovado pela resolução, quando tiver a resolução. Aí o número da resolução a gente coloca aí. É a resolução que a gente está lendo agora. “§ 1º: Somente poderão se candidatar como delegadas e delegados para a Conferência Estadual as e os participantes devidamente credenciadas e credenciados na condição de delegada ou delegado. § 2º: A escolha das delegadas e dos delegados se dará dentro do mesmo segmento de representação. Art. 10: As vagas a serem preenchidas deverão observar a distribuição disposta no § 1º do art. 11 da Resolução CEAS 799/2023”. É o quadrinho, né, que fala a divisão certinha. É do 799? Acho que a divisão é dessa aí, na verdade, da 882, da que a gente está lendo agora. Essa 799/23 é do último processo conferencial. É que eu esqueci de marcar. Pode apagar... Marca aí, senão pode sair errado. É dessa resolução que a gente está lendo. Apaga. **Elder, Sedese:** É, que senão... que depois esquece, aí ele sai errado. E vê também se é o § 1º do art. 11, se é esse número mesmo. “Art. 11: Para o preenchimento das vagas de delegadas e delegados para a Conferência Estadual, deverão ser observados os seguintes procedimentos... deverá ser observado o seguinte procedimento: I, as delegadas e os delegados serão distribuídos em grupos por regional da SEDESE e serão eleitas e eleitos por segmento de representação”. Então, se são três regionais SEDESE, é uma eleição de governo para cada regional, uma eleição de sociedade civil para cada regional; não é junto, não. “II, os trabalhos da eleição de delegadas e delegados serão conduzidos por integrante da Comissão Organizadora da Pré-Conferência; III...”. **Ester, Sedese:** Só para uma... Ester, SEDESE. Volta um pouquinho e marca lá também o artigo e o... § 1º do art. 11, conferir isso daí. **Ester, Sedese:** Art. 10. Ó, marca aí. **Ester, Sedese:** Marca o § 1º... Isso. **Elder, Sedese:** Obrigado, Ester. É porque eu também não lembro se é esse... É o parágrafo que tem o

quadrinho com a divisão de vagas. De vagas, não; que tem usuário, trabalhador, tal. Pode descer. Pode ir. “Em caso de empate...”. Ah desculpa. “Inciso III, serão titulares as candidatas e/ou os candidatos mais votadas e votados e suplentes as/os que excederem ao número de vagas disponíveis para preenchimento; IV, em caso de empate, será eleita/eleito aquela/aquele de maior idade para o preenchimento das vagas de titulares e suplentes; V, na ausência de candidata/candidato para representar a usuária ou o usuário na própria regional, a vaga será destinada para usuárias e usuários de outras regionais; VI, na ausência de candidata/candidato para representar as trabalhadoras e os trabalhadores e entidades na própria regional, as vagas serão destinadas para outro segmento, conforme a ordem de prioridade a seguir: a) usuárias e usuários do SUAS; b) trabalhadoras e trabalhadores do SUAS; c) representantes de entidades socioassistenciais”. Na maioria das vezes, quem já foi em conferência, a gente nem chega a fazer a eleição de fato, porque o número de candidatos dá mais ou menos nos titulares e suplentes. Então, muitas vezes tem gente que não quer ir, não tem disponibilidade... a gente vai fazendo acordos ali, e aí consegue... Nem precisa fazer uma eleição de fato. Exceto o segmento governamental, que é muita gente, aí costuma ser eleição mesmo. “Art. 11: Para a eleição das delegadas e dos delegados por segmento...”, aí já está igual a lá em cima, “observadas as seguintes diretrizes: a diversidade dos municípios, a representação”. A gente colocou novamente a definição de quem são os representantes, quem é usuário, quem é trabalhador, quem é entidade, quem é governamental. Isso está igual lá em cima. Pode descer. O texto é o mesmo, viu, gente? Por isso que eu não estou lendo. Isso também é igual. O capítulo das moções também é idêntico ao de cima, a gente não fez nenhuma alteração. A única diferença é que, enquanto no regimento, ele está “arts. 12, 11, 13”, aí está “§ 1º, § 2º, § 3º”, mas o texto é igualzinho ao de cima. Tanto que eu lembrei que não tinha moções na resolução porque eu li o regimento e vi que o regimento tinha e a resolução, não. Pode seguir. Capítulo 4, Da Plenária Final, a mesma coisa, é o mesmo texto. Disposições Gerais, também. “Será assegurada a questão de ordem em caso de descumprimento deste regimento, precedendo as demais inscrições. Art. 15: Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da Pré-Conferência Regional. Art. 16: Este Regimento Interno foi submetido à consulta pública e aprovado pela Resolução CEAS tal”. Então, quando a gente submeter, fazer a análise, aí a gente vai fazer uma resolução aprovando, e essa resolução que vai estar o número aí. É isso. Finalizamos a leitura. **Marcelo, OAB: Muito bem. Conselheiros, estamos aptos a deliberar sobre essa**

resolução? Se estiverem, e não havendo então manifestação... Os favoráveis a esta resolução, levantem o crachá, por favor. Muito obrigado. Contrários? . **Marcelo, OAB:** Fernanda está contrária... Não. **Marcelo, OAB:** Não, Fernanda não está contrária. Abstenção? Então, aprovada por unanimidade esta resolução. **Marcelo, OAB:** Fica à vontade. **Elder, Sedese:** Vamos só pensar uma data para consulta pública, para... da data que vai ficar em consulta, de maneira que a gente consiga voltar com ela para a próxima plenária? O que vocês acham? regimento? **Elder, Sedese:** É, consulta pública do Regimento Interno. Então, Secretaria Executiva, vocês conseguiriam colocar para consulta pública na semana que vem? Se sim, que dia? **Rosalice, Cmssvp:** Mas aí o prazo seria de quantos dias? De 15 dias de consulta pública? **Isac, Ccqamrd:** Elder, não poderia ficar para maio, não? Porque... acho que é um tempo maior para que o resto do pessoal conseguiria contribuir. **Elder, Sedese:** Não, não tem pressa, não. **Marcelo, OAB:** Proposta de data é maio? **Elder, Sedese:** Até... Ó-- **Isac, Ccqamrd:** Até antes da plenária. **Marcelo, OAB:** Antes? Pois é. **Elder, Sedese:** A plenária de maio é quando? Mas aí já começaria a partir desse mês. **Elder, Sedese:** A plenária de maio é dias 22 e 23. Então, sugiro ficar em consulta pública até... Dia 19? **Elder, Sedese:** É, eu acho que o interessante é colocar até uma data, que tem uma reunião do GT da conferência para analisar e já chegar com as análises. Aí qual é a reunião do GT de maio? **Rosalice, Cmssvp:** Antes da plenária. Mas (ininteligível). A resolução... Está como anexo o regimento, então a resolução a gente não vai publicar também no-- **Marcelo, OAB:** Não (ininteligível) está escrito que ela vai ser colocada em consulta pública e que a minuta (ininteligível). **Rosalice, Cmssvp:** Ah, tá. Então a resolução a gente manda publicar. O que não vai ser é o regimento? **Elder, Sedese:** Aí (ininteligível) fazer uma outra resolução (ininteligível). **Marcelo, OAB:** Ah, pois não. É que eu não estou achando aqui. **Poliana, Secretaria Executiva:** Está no grupo do GT. Poliana, Secretaria Executiva. A reunião do GT de maio, a primeira seria no dia 9 e a segunda, no dia 21. **Elder, Sedese:** Então, que tal a gente deixar em consulta pública até o dia 5 de maio? Isso. **Elder, Sedese:** Que aí vocês têm que sistematizar, né, as contribuições. Aí a gente discute as contribuições do dia 9 e traz para apresentação e aprovação na plenária do dia 22 e 23. Pode ser? Vocês estão de acordo? Sim. **Elder, Sedese:** Tá. E quando é que a gente coloca... Aí agora que a gente tem um prazo maior, posso sugerir de colocar para consulta pública a partir do dia 31 de março? Que aí fica 31 de março a 9 de maio. Pode ser. **Elder, Sedese:** Pode ser? A 5 de maio, desculpa. **Poliana, Secretaria Executiva:** no site do CEAS, né? **Elder, Sedese:** É. Isso, consulta pública no site do CEAS, mas

tem que... E também um outro encaminhamento é que seja enviado para todos os CMAS a informação que está havendo a consulta pública com o link para que as pessoas possam acessar e contribuir. **Marcelo, OAB:** Está anotado. Marcelo, OAB. De 31 de março a 5 de maio. **Marcelo, OAB:** Ah, já está anotado ali. Ok. Próximo ponto de pauta, Ponto 8, Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS. **Marcelo, OAB:** Puxa vida, hein?! É verdade. **Elder, Sedese:** Acho que é só indicação. **Poliana, Secretaria Executiva:** É só indicação. **Marcelo, OAB:** Ponto 7, Comissão do Processo Eleitoral, minuta da resolução do processo eleitoral. **Poliana, Secretaria Executiva:** É só indicação. **Marcelo, OAB:** É só... parece-me que é só indicação de nomes, né? **Poliana, Secretaria Executiva:** É. **Marcelo, OAB:** E aí, quem tem ali os nomes, por favor? Acho que é Sandra... Sandra. Simone. **Marcelo, OAB:** Simone. Isac. **Marcelo, OAB:** Isac. Leon. **Marcelo, OAB:** Leon, Simone. É isso. **Marcelo, OAB:** Então é Simone, Patricia, Sandra, Isac e Leon. Isso. Três. **Marcelo, OAB:** São... É isso aí. Ok? Pois não. Isac. **Isac, Ccqamrd:** Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce Só... **Isac, Ccqamrd:** É um ponto importante. Na plenária passada, a gente solicitou que fosse pesquisado, fosse averiguado como é que está a tramitação da atualização da lei que o CEAS votou. E a gente precisa saber disso para que a gente construa o processo eleitoral da sociedade civil. Aí acho que precisa... queria saber se já tem essa resposta, se foi feita a consulta e quando é que a gente terá acesso. Está no Legislativo. **Marcela, Sedese:** eu só sei que a gente encaminhou internamente. **Elder, Sedese:** esperar a Mariana voltar. **Sandra, Sintibref:** Então... Sandra, SINTIBREF. Era a mesma pergunta. Por quê? Porque com aquela... se passar pela nova, a instituição ia poder continuar, e o SINTIBREF teria interesse por outras regionais, inclusive. Nós temos sete regionais em Minas. Não seria eu, que aí o CPF não, né, aquela questão de CNPJ e CPF, mas aí eu também fiquei em dúvida, porque eu quero colaborar na comissão, se for nos regimes... né, esse antigo. Mas se não for, o SINTIBREF, na nova norma, tiver candidato, não... eu não participaria da Comissão Eleitoral, que sempre... como foi no CNAS que a gente fez, entendeu? A gente sai... Então, eu precisava de uma resposta. Mas parece que ainda não tem, né, Lud? **Ludmilla, Cress-MG:** Ô, Sandra, se eu não... **Ludmilla, Cress-MG:** Se eu não estou enganada, eu acho que não muda, porque, na verdade, você, Sandra, participar da Comissão Eleitoral não impede o SINTIBREF de vir com outra representação. Se a legislação permitir, né? Porque aqui na Comissão Eleitoral são as pessoas que não podem se recandidatar, e não as entidades. Aí a questão da instituição, da representação, aí depende da legislação. Mas de toda forma, né, com a

legislação anterior ou a atual, quem está no segundo mandato não pode concorrer.

Marcelo, OAB: Sim, mas é importante que a gente tenha noção de... se... qual é a tramitação e se há possibilidade, né, até mesmo de passar. Porque a gente não tem a

segurança. **Sandra, Sinibref :** Mas aí quem é que a gente tem encaminhamento É, é bom pedir. **Marcelo, OAB:** Sim. Nós estamos esperando a Mariana chegar, para ela poder explicar como é que está a tramitação. Enquanto isso, a gente vai adiantando.

Rosalice, Cmssvp: Aqui . **Marcelo, OAB:** Sim. Nós vamos esperar a Mariana chegar, para ela nos dar as informações, tá bom, gente? **Marcelo, OAB:** Bom, então vamos para

o outro ponto de pauta até que Mariana retorne. O próximo ponto de pauta é o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, que foi uma demanda apresentada pela Lais.

Lais, Cmas de Ipatinga: O Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, juntamente com o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, vai fazer um Seminário Nacional dos Trabalhadores do SUAS. Esse seminário aconteceu o ano passado em São Paulo, e esse ano vai ser em Minas Gerais. E a gente está precisando do apoio do CEAS. A gente está solicitando o apoio do CEAS nessa logística de participação de alguns trabalhadores de fóruns regionais e fóruns municipais, apoio com alimentação, apoio com algumas orientações, e é isso que a gente está solicitando. A princípio, o seminário,

ele vai acontecer nos dias 16 e 17 de maio aqui em BH. Nós já estamos olhando algumas universidades para sediar esse evento. Então, é isso. **Patricia, Feapaes:** São

para quantas pessoas? **Lais, Cmas de Ipatinga:** De 150 a 200 pessoas. **Rosalice, Cmssvp:**

arrumam na hora. **Lais, Cmas Ipatinga:** Ótimo. É porque já estão olhando algumas universidades. **Ludmilla, Cress-MG:** Só complementar a fala da Lais, né? A

gente queria reforçar a importância de esse evento acontecer em Belo Horizonte, né? As últimas edições foram... acho que as duas últimas ou três, né, foram em São Paulo, e a

gente sabe, né, o quanto o Fórum dos Trabalhadores de Minas Gerais, ele é representativo, ele é expressivo, né? A gente reforça a questão de Minas Gerais ser

referência. Então, é também muito simbólico que o Fórum Nacional dos Trabalhadores aconteça em Minas Gerais, aconteça em Belo Horizonte, né? É uma marca aqui para o

estado. De toda forma, fortalece o CEAS também, né, em relação ao número de conselheiros que vão participar representando. A gente se apoia também, né, nos moldes

do Fórum dos Usuários, que o CEAS já apoiou essa ação, a gente já teve essa ação apoiada, e a ação de ter sido prevista também... quando nós elaboramos, né, o

orçamento do ano passado, foi previsto o aumento das ações de apoio aos fóruns municipais e regionais nos seus eventos. **Marcelo, OAB:** Sim. Em discussão. **Elder,**

Sedese: Eu só ia sugerir, se possível, de formalizar o pedido falando a data, quantas pessoas e qual seria o apoio, que você já falou aí, mas... que aí quantificando só para a gente saber qual é a demanda exata, como é que a gente conseguiria apoiar. Aí se vocês puderem fazer isso, enviar para o CEAS e... para a gente conseguir dar andamento.

Marcelo, OAB: Mais alguma contribuição? Conselheiros, o que nós temos que deliberar aqui neste momento é o apoio que o CEAS dará a este encontro. Agora, a forma como será a gente irá manifestar depois. Mas aí eu pergunto aos conselheiros se estão favoráveis ao apoio do CEAS a este encontro. Sim. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado. Pode baixar. Contrários? Abstenção? Aprovada, então, esta demanda dos trabalhadores do SUAS.

Marcelo, OAB: Bom, a nossa pauta esgotou. Nós temos agora a apresentação das comissões temáticas de súmulas de reunião para deliberação e encaminhamentos. Primeira comissão, Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais. Dias 16 e 17 de maio. **Luiz Carlos, Armi:** ARMI, Luiz Carlos, Comissão de Apoio. A Comissão de Apoio... né, nos reunimos ontem e iniciamos... o nosso primeiro ponto de pauta ontem foi uma denúncia, né, que a cidade de Uberlândia fez ao Conselho Nacional de Assistência Social, foi encaminhado aqui ao CEAS e chegou à Comissão de Apoio, referente a não participação de algumas pessoas na conferência na cidade de Uberlândia. Porém, o encaminhamento foi: responder ao Conselho Nacional de Assistência Social, e a resposta do Conselho Municipal de Assistência Social de Uberlândia, né, informando que a Comissão de Apoio não observou nenhuma irregularidade ao avaliar a documentação apresentada pelo município citado por ora. Sugere-se o encerramento da denúncia. Porque foi avaliada a documentação lá e viu que seguiu os parâmetros, mesmo porque a conferência foi realizada no horário da tarde e também não tinha como fechar lá algumas repartições. Capacitação do Conselho Municipal de Assistência Social da cidade de Três Pontas: possibilidade de capacitação on-line aos recém-empossados conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social. Eles solicitaram uma data em março, né? O encaminhamento nosso ontem é para ver a possibilidade para esse... para acontecer essa capacitação no dia 15 de abril, às 9h. A gente vai verificar lá com o município, né, a possibilidade desta data. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Flávio, CMAS de Ipatinga. Conforme foi deliberado, né, na plenária passada, haverá uma capacitação para a regional de Timóteo, e vai ser realizada pelos conselheiros que já residem lá naquela região, que no caso é Lais, Érica e eu que estaremos lá. E já foi providenciado o local, a mesma ocorrerá no dia 10 de abril. E aí, o informe é em relação

à equipe da Secretaria Executiva, a questão de lanche, material, essas coisas para o evento. Aí a gente precisa que seja providenciado, que está faltando menos de 30 dias agora, né? **Poliana, Secretaria Executiva:** Para Ipatinga?. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Não. Para Timóteo. **Poliana, Secretaria Executiva:** Timóteo? **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Isso. E é isso. E aí, eu preciso saber se a equipe... Porque foi... na capacitação passada foi inserido um tema, né, Isac, e foi... Você que foi, não foi, Ludmilla? **Marcelo, OAB:** que nós fomos lá, a Macielle é que foi no último, lá em... **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Isso. **Marcelo, OAB:** **Flávio, Cmas de Ipatinga:** É. Não, não. Qual foi a parte que foi inserida? Explica para nós. A da Leticia? **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Isso, da Leticia. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** E aí a gente precisa saber se a Leticia também vai estar participando nessa capacitação, trazendo esse novo tópico dentro da capacitação. Aí isso ficou em aberto. **Patrícia, Feapaes:** Foi... Patricia, FEAPAES. Foi o pedido da Comissão de Políticas de, quando for fazer capacitação e... nas regionais, uma pessoa da Comissão de Política iria apresentar as mesas de diálogo, para formação de mesa de diálogo no município. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Flávio, CMAS Ipatinga. Aí a gente precisa saber dessa deliberação, se vai ter alguém da Comissão de Política que vai estar acompanhando essa capacitação que vai acontecer no dia 10 de abril na Regional de Timóteo, na cidade de Ipatinga. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Quem já... que irão estar lá é a Lais, Flávio e Érica. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** E a Karla!. São os quatro conselheiros- **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Isso. Da região do Vale do Aço. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Isso. A Rosa está falando aqui que a Érica é da Comissão de Política, ela pode estar fazendo essa fala. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Isso. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Resolvido então. **Luiz Carlos, Armi:** Tivemos a capacitação lá em Poços de Caldas, né? O Isac e a Macielle, podem passar as informações, por favor. **Isac, Ccqamrd:** Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. A gente já trouxe o informe naquele momento, só uma questão que a gente discutiu na comissão ontem, que foi sobre a existência de uma lei estadual, né, que fala da possibilidade de entidades conseguirem isenções de taxas de registros de documentos através da... Um dos requisitos para isso seria a inscrição no Conselho Municipal. E aí a gente trouxe para discutir na comissão, e teve o encaminhamento, que é para que a Comissão de Política avalie a situação, porque a gente soube lá na regional que a lei previa tanto que os Conselhos Municipais fizessem isso, mas também o Conselho Estadual de Assistência Social cuidasse da inscrição de entidade para gerar essas isenções. E aí, os municípios trouxeram para a gente lá que eles sofrem também com a ocorrência de entidades que

não são da Assistência Social e que procuram, e, além disso, a gente identificou algumas outras inconsistências na lei, que a Macielle que vai falar, e por isso que a gente trouxe para que a Comissão de Política dê uma olhada mais a fundo junto com a gente. **Macielle, Cmas de Teófilo Otoni:** A lei, ela... o artigo, mais ‘especificadamente’ o art. 20, diz assim: “Fica isenta de emolumentos e da taxa de fiscalização judiciária a prática de atos notariais e de registro: inciso V, de autenticação de documentos e de registro de atos constitutivos, inclusive alterações de entidade de assistência social assim reconhecida pelo Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social, nos termos da Lei 12.262, de 23 de julho de 1996, observado o disposto no § 3º deste artigo”. Aí lá embaixo ainda reafirma isso. “§ 3º: A isenção a que se refere o inciso V do caput deste artigo destina-se às entidades que efetivamente prestam serviços de assistência social no cumprimento dos objetivos previstos nos incisos I a V dos arts. 3º da Lei 12.262/96, não se aplicando às entidades mantenedoras cujas sedes funcionem apenas como escritório administrativo, sem atuar diretamente na área da assistência social”. Aí a discussão foi: como é que o Conselho vai dar isenção para uma entidade fazer seu registro como uma entidade da assistência se ela ainda não é um... não tem um registro de criação? Como é que o Conselho vai dar... fazer inscrição e dar isenção para ela fazer a criação dela? Deu para entender? **Macielle, Cmas de Teófilo Otoni:** Ficou meio confuso, né? **Marcelo, OAB:** Sim, deu para entender. Marcelo, OAB. Deu para entender, sim. E essa demanda a gente vai encaminhar, então, para a Comissão de Normas, para análise. **Luiz Carlos, Armi:** Temos também a capacitação em Montes Claros, né, na regional de Montes Claros. Ainda não obtivemos retorno, e seguimos aguardando a resposta da regional. Foi proposta aí que a capacitação, né, presencial ocorra em maio de 2025, mas a regional aí de Montes Claros ainda não deu retorno. O Conselho Municipal de Assistência Social de Barão de Cocais também não retornou o e-mail encaminhado, né, com a sugestão de realização de capacitação em formato virtual na última semana de março. Então, nós estamos aguardando o retorno aí também da cidade de Barão de Cocais. Tivemos a capacitação, né, na cidade de Carmo do Cajuru. Rosalice e Luiz, né, eu participei também. Rosa vai falar sobre o assunto. **Rosalice, Cmsvyp:** Rosa, Conselho Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paulo. Na última plenária, né, foi feito o convite de eu capacitar Carmo de Cajuru junto com a Comissão de Apoio. O Conselho Municipal queria fazer uma capacitação sobre inscrição de entidades, aí quando nós começamos a reunião, percebemos que eles queriam discutir um assunto específico,

uma entidade específica do município, que, na realidade, é uma entidade de Divinópolis, mas que tem uma atuação em Carmo do Cajuru, em um distrito de Carmo do Cajuru. Então, nós explicamos como é que poderia ser esse procedimento da inscrição não da entidade, e sim do programa, o projeto que eles desenvolvem no município. Parece que não tem isso regulamentado, ou seja, um projeto escrito. Nós orientamos que eles conversassem com a... reunisse com a entidade, explicasse as possibilidades da inscrição, não da entidade em Carmo do Cajuru, mas do projeto deles lá. Nós colocamos à disposição... Nessa reunião nós participamos, né, Luizão, eu, Luizão e a Comissão de Apoio, participamos dessa conversa para orientar a entidade, como é que ela pode regularizar esse serviço que ela presta já há muitos anos em Carmo do Cajuru. E depois dessa conversa, nós fizemos a nossa capacitação, que foi até apresentada para o Marcelo, para a Secretaria Executiva, fizemos toda a apresentação da inscrição de entidades. Foi até bom, que foi um momento que eles tiraram dúvidas de ações que eles já vinham desenvolvendo há mais tempo e tinha algumas alguns aspectos que eles não tinham clareza. Então, foram cinco pessoas, não, cinco pessoas do Conselho Municipal que participaram dessa reunião. Então, aqui o nosso encaminhamento foi esse. A gente vai estar esperando eles entrarem em contato com a entidade em Divinópolis, pedimos que eles verificassem se essa entidade já tem uma inscrição também em Divinópolis, porque tem isso, para fazer a inscrição do projeto ou programa em outro município, ele tem... a sede tem que estar inscrita, né? Então, a gente agora vai aguardar o novo contato deles, se há interesse de a gente participar, de estar orientando a entidade a escrever esse projeto para ser inscrito lá. **Luiz Carlos, Armi:** Então, essas são as informações da Comissão de Apoio. **Marcelo, OAB:** Comissão de Apoio, ok. Só mesmo... Estava até falando com o Elder aqui... Marcelo, OAB. Esse formato que vocês utilizaram dessa capacitação virtual, ela é bem interessante porque traz, inclusive, outros conselhos e outras participações, né? Acho que a gente pode usar bem essa metodologia que a comissão está utilizando... **Rosalice, Cmssvp:** Rosa, Conselho Metropolitano. Eu acho interessante a parceria entre as comissões, sabe, uma comissão trabalhar com a outra, porque são públicos iguais, né? É o mesmo público: são Conselhos Municipais. Todo conselho tem atribuição de dar esse apoio, esse assessoramento aos conselhos. E essa parceria, né... Igual, eu fui como Comissão de Normas; o Luizão, como Apoio. A gente fazer... igual vocês estão fazendo essas capacitações com a Comissão de Política, eu acho muito interessante ter mais de uma comissão no atendimento ao município. **Marcelo, OAB:** Comissão de Normas. Só

para registrar... Marcelo, OAB. Só para registrar que a Comissão de Normas, ela trabalhou o planejamento e trabalhou o regimento. Então, nós vamos trabalhar só no planejamento, né, Rosa? **Rosalice, Cmssvp:** Rosa, Conselho Metropolitan. Eu estou aqui substituindo o João, que eu sou a coordenadora adjunta, e o João está em atestado médico, então eu vou só substituí-lo. A Comissão de Normas ontem trabalhou, com a Comissão de Ética, o regimento... o Código de Ética, que ainda está em fase de análise, ainda, das duas comissões, por isso que a gente não vai trazer. Nós trabalhamos o regimento da Conferência, que já foi lido, e trabalhamos ontem também o nosso planejamento para 2025, porque parece que tinha sido acordado de as comissões trazerem hoje, e aí a gente traz a nossa, que é dar uma continuidade ao trabalho que a gente começou a desenvolver o ano passado de fazer uma leitura das nossas legislações, ou seja, das resoluções que subsidiam nossos trabalhos aqui. Então, o nosso próprio trabalho vai ser... a nossa própria resolução vai ser a Resolução 877, que dispõe sobre as orientações das conferências municipais. Tudo que está sendo discutido no GT de legislação, resoluções, está passando pela Comissão de Normas. A Comissão de Normas está fazendo esse acompanhamento, mesmo... Nós estamos participando do GT, e ainda levamos para a Comissão de Normas para fazer uma leitura, uma verificação do que está sendo abordado aqui em relação das conferências, que isso foi, né, repassado para nós. Vamos estar acompanhando durante esse ano... A nossa prioridade é as conferências, tá, gente, isso aí ficou bem claro na Comissão de Normas, mas, paralelo a isso, nós vamos estar acompanhando a Política Estadual dos Atingidos por Barragens, que é uma lei que já foi criada, mas não foi implementada ainda. A gente está nesse acompanhamento, nesse monitoramento da implementação dessa Política Estadual de Atingidos por Barragens. Vamos fazer a revisão esse ano, ou vamos tentar fazer revisão nesse ano, das resoluções que abordam essas questões de barragens, que é a resolução... a Lei 12.812, que, de acordo com a política, ela vai ter que ser alterada, ou até mesmo extinta. A resolução que dispõe sobre o PAS Barragens é a resolução dos procedimentos e análises do PAS Barragens, e vamos estar fazendo uma análise da Resolução 642, que fala sobre as denúncias recebidas aqui no CEAS, porque é uma resolução de 2018, ela... está mais do que na hora de a gente fazer uma revisão dessa resolução, porque muitas coisas aconteceram, a gente está com uma outra experiência aqui. Então, a Comissão de Normas vai estar se debruçando sobre isso. E vamos tentar fazer de novo... Tentar, não; nós temos esse compromisso de buscar informações do Projeto Hidroagrícola Jequitaiá, que o ano passado, vocês viram, ele foi negociado, ele saiu da empresa pública, foi para

uma empresa privada, e eles estão nos trâmites de passar esse projeto para empresa privada. Nós estamos monitorando esse processo, porque existe um grupo de trabalho aqui no... além da Comissão de Normas, tem um grupo de trabalho, e nós vamos lá fazer uma visita assim que esse processo finalizar. Então, essas são as discussões da Comissão de Normas de ontem. **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. Rosalice, acabou que neste planejamento ficou de fora uma situação que nós começamos a trabalhar na nossa comissão o mês passado, e aqui, agora, conversando com a Simone... No próximo encontro do FONACEAS, que vai ocorrer de 28, 29 e 30, será discutido o Regimento Interno do FONACEAS. E há uma proposta que já veio do Rio de Janeiro com algumas alterações. Então, Simone está sugerindo aqui que a gente faça uma reunião da Comissão de Normas com a comissão... com o grupo que vai para o FONACEAS, para a gente trabalhar este regimento e as estratégias que serão colocadas... 28, 29 e 30. **Marcelo, OAB:** Não, esse é o encontro lá... o encontro que vai ocorrer lá em abril. Mas neste meio tempo, neste meio tempo, Simone vai sugerir uma data para a gente sentar e esse grupo trabalhar o regimento. Comissão de Normas mais o grupo FONACEAS, ok? **Rosalice, Cmssvp:** Poli, a gente podia... você podia pegar esse regimento, disponibilizar ele no nosso grupo para que a Comissão de Normas faça uma leitura prévia. Aí a gente já marca uma reunião com esse grupo da Simone para a gente já até ver o que a gente pode estar sugerindo de alterações, e até mesmo eles trazerem o que eles pretendem de melhorar, porque é um regimento já mais antigo também, e é urgente. Até mesmo uma reunião virtual, que se poderia... O que você acha? Para andar mais rápido. **Rosalice, Cmssvp:** Isso. Uma reunião virtual. **Marcelo, OAB:** E a proposta... Marcelo, OAB. A proposta é que seja uma reunião realmente virtual para poder dinamizar para todos. **Rosalice, Cmssvp:** Você olha uma data para nós, Poli? **Marcelo, OAB:** Próximo, Comissão de Orçamento. **Ester, Sedese:** Ester, SEDESE. Ontem nós fizemos a reunião da comissão, né, fizemos o parecer da prestação de contas trimestral, que já foi aprovada, analisamos uma demanda do município de... do CMAS de Lagoa Santa. Eles estavam com uma dúvida porque eles aprovaram um saldo a ser reprogramado, mas fizeram algumas ressalvas, e a dúvida é se a aprovação com ressalvas impedia a utilização dos recursos pela administração municipal. Então, a nossa orientação foi que não impede, né? Houve a aprovação, mesmo que com ressalvas. As ressalvas deverão ser sanadas aí entre a gestão e o Conselho ao longo do processo. Houve também uma demanda do município de Nova Serrana. Eles... O texto não ficou muito claro, se eles estavam com dúvidas em relação à prestação de contas, né, de uma

entidade que recebeu recursos do município ou se era em relação à inscrição desta entidade no Conselho Municipal de Nova Serrana. Então nós ficamos com essa dúvida, se era em relação à prestação de contas ou se era inscrição do conselho... da entidade no Conselho. Pedimos essas... elaboramos perguntas e retornamos essa pergunta para ser respondida, para a gente até encaminhar, porque se for da prestação de contas, seria na nossa comissão, mas se for em relação à inscrição da entidade no Conselho, né, as pendências que ele tem, deverão ser tratadas pela Comissão de Apoio, no nosso entendimento. Com base nos informes que foram repassados pela SEDESE para o CEAS em relação ao preenchimento dos planos de serviço, nós fizemos uma discussão que, conforme está informado lá, só foi possível pagar até este momento 141 municípios dos 853, porque para que o município possa receber os recursos do FEAS, ele precisa estar regular no CAGED, ter os planos preenchidos no SIGCON e aprovados pelo Conselho e estar em dia com as prestações de contas dos recursos recebidos. Então, foram feitas três sugestões para serem analisadas por essa plenária. A primeira sugestão seria o CEAS enviar um ofício para os Conselhos Municipais falando sobre a situação e explicando que, para receber o cofinanciamento, era necessário cumprir os três requisitos. Então, se a plenária apoia, né, que o CEAS envie esse ofício para os gestores e Conselhos Municipais. Uma segunda sugestão é incluir esses informes repassados no site do CEAS, também como motivo de informação e de conhecimento de gestores e conselhos para que eles possam atuar e minorar essa questão. E uma sugestão nº 3 é que os próprios conselheiros, de uma forma individual, a partir das informações que eles receberam como conselheiros, eles possam fazer uso dessa informação e compartilhar a mesma com seus pares da forma que entenderem melhor. Não seria um comunicado do Conselho, mas seria uma ação do conselheiro junto à sua entidade, junto ao seu público-alvo, e aí essa divulgação ficaria a cargo de cada conselheiro. **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. Muito obrigado, Ester. **Patrícia, Feapaes:** Eu tenho uma pergunta,: uma dessas propostas é para que seja colocado no site do CEAS para essas informações chegarem, né? Eu tenho uma pergunta: esse site do CEAS... a gente tem como saber qual é o acesso de pessoas que utilizam desse instrumento? Se for possível a gente saber, até mesmo para a gente... se não chega, como é que faz para chegar, né? Eu não sei tecnicamente como é que é isso e se isso é possível. **Poliana, Secretaria Executiva:** Nós... lá tem uma aba de “Fale Conosco”, e aí, se a pessoa quer acesso... né, no caso, assim, de fazer o contato conosco, ela envia... chega por e-mail, pelo Fale Conosco. . **Patrícia, Feapaes:** O que a gente está querendo saber é se o site do CEAS, ele é

utilizado, para que a gente possa fazer um comunicado ali e os municípios terem acesso. Se ele não for muito utilizado, não é uma forma de comunicação eficiente. É nesse sentido. Se a gente colocar lá a informação, os municípios vão ter acesso à informação? É nesse sentido. **Stéfany, Secretaria Executiva:** Então, todas as informações, né, desde o ano passado, a gente tem tentado utilizar mais o site do CEAS, que era um pouco mais inutilizado antes porque ele tinha aquele problema de conexão. Então, desde que ele melhorou, ele parou de ter essa falha de conexão, nós começamos a colocar todas as coisas relacionadas ao CEAS lá no site: processo eleitoral, minutas... Então, o site, ele é completo. Quem acessa o site, tem acesso a todas as informações. O que nós não temos é um controle de quantas pessoas acessam esse site por dia. A gente não consegue ter essa relação. **Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. Só complementando, todos os e-mails que nós respondemos... o link do site também é disponibilizado nas respostas de e-mails. Todos os e-mails, sem exceção. **Ludmilla, Cress-MG::** Todo site que é pago, ele tem esse controle de link de acesso, só que ele fica na dimensão do gestor da página, assim. Então, provavelmente, como a página é da SEDESE, teria que solicitar ao setor de tecnologia da SEDESE que nos mande essa informação, porque ela existe, mas é de quem gerencia a página. **Marcelo, OAB:** Bom, então a Secretaria Executiva podia fazer uma tratativa de buscar essa informação, se for possível, né? Próxima, Comissão de Monitoramento. Ah, pois não. Só um instante. **Luiz Carlos, Armi:** ARMI Serra dos Aimorés. É só mesmo para registrar, né, a presença do meu filho, está visitando aqui o CEAS. **Luiz Carlos, Armi:** Luiz Guilherme, de São Paulo, né, está aqui hoje. **Luiz Carlos, Armi:** Seu amigo, João Pedro, também, seja bem-vindo ao CEAS, que já tem... de vez em quando ele está aqui em Belo Horizonte, né, e a gente sempre encontra pelos corredores. Lá em... Foi onde? Em São Paulo. Nos encontramos, não pudemos... nós demos um abraço de longe, né, porque não podia sair, e ele estava residindo... e ele residindo em São Paulo, a gente teve que se encontrar... abraçou de longe e voltou. Mas é um grande filho, ele sabe disso, eu me emociono. E na minha cidade é assim: quando tem um advogado na família, a gente chama de doutor, né? Então, registrar a presença aqui de Dr. Luiz Guilherme. **Luiz Carlos, Armi:** E é muito bacana, né, para um cara da minha origem, né, e ter os filhos hoje... todo mundo bonito, né? **Luiz Carlos, Armi:** Formados, graças a Deus, e aí essa semana... Aproveitando esse momento aqui para dizer, né... Essa semana até mandei para ele a foto da minha mão, né, dos meus calos, né, de vida, de trabalho em roça, né, o tanto que nos traz felicidade, a gente que mora no interior, tirar o suor do próprio rosto, mas lá na

frente você ver um filho formado e, enfim. Muito obrigado, viu, Gui? **Luiz Carlos, Armi:** Te amo, pai. Obrigado. **Marcelo, OAB:** Guilherme? Sim, seja muito bem-vindo, viu, Guilherme, e seu amigo aí. Sejam muito bem-vindos na Casa. Você pode ter muito orgulho do seu pai, que é uma pessoa que representa, e representa muito bem, as entidades aqui em âmbito estadual e representa muito bem o nosso estado aqui no Conselho de Assistência Social, viu? Meus cumprimentos e os cumprimentos de todos nós. **Marcelo, OAB:** É. Sim. Na Comissão de Orçamento, nós tivemos algumas propostas que nós devemos deliberar em cima daquilo que foi lido e apresentado pela Ester. Então, eu pergunto aos conselheiros se todos estão favoráveis. Por favor, levantem o crachá. Podem baixar. Contrários? Abstenção? Então, aprovadas as propostas da Comissão de Orçamento. Comissão de Monitoramento. **Elder, Sedese:** Eu? **Elder, Sedese:** Aqui eu vou fazer a leitura da súmula, mas aí só lembrando que eu não sou coordenador da comissão, porque a Mesa Diretora não pode ser coordenadora. Essa comissão, ela está com coordenação do governo, e a gente estava esperando a nomeação dos membros da CIB para que a gente pudesse verificar como é que ficaria essa questão da coordenação. Só um momento. **Elder, Sedese:** O primeiro ponto foi análise do PEAS, e a comissão tinha decidido que ela iria seguir o encaminhamento a ser dado pela Comissão de Política. O PEAS a gente até analisou, então nem precisamos falar mais dele. Planejamento de ações da comissão para 2025. A gente decidiu realizar as seguintes ações: em abril realizar uma *live* sobre elaboração e monitoramento de deliberações de conferência em conjunto com a Secretaria Executiva. Aí eu vou até sugerir que a gente faça uma reunião virtual da comissão ao longo das próximas semanas, para a gente combinar como é que vai ser isso. E a gente sugeriu utilizar o material que já foi feito de 2023, que já tem material pronto. Segunda ação: em julho concluir o monitoramento das deliberações da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social para subsidiar a apresentação do ato de conferir nas pré-conferências; julho e agosto: participar das Pré-Conferências de Assistência Social; outubro: participar da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social; novembro: receber e sistematizar as deliberações da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social; e dezembro: receber e sistematizar as deliberações da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. A Comissão de Monitoramento, ela foi criada e ela é muito ligada ao processo conferencial mesmo, então é comum que no ano das conferências a gente se dedique mais às atividades de conferência, de monitoramento das deliberações, de dar essas orientações sobre elaboração de deliberações. Foi isso. E depois discutimos alguns

pontos relacionados a conferências, pré-conferências, que já foram discutidos durante a resolução... a leitura da resolução. **Patricia, Feapaes:** Em relação à *live*, vocês já têm... Que é para abril, já é mês que vem, né? Assim, já tem alguma data específica? Porque a gente já tem... para... a gente tem que alcançar as pessoas para participarem. E o processo de mobilização, ele não está sendo simples, né? Ele está sendo mais dificultoso. **Patricia, Feapaes:** Então é nesse sentido mesmo, de a gente saber a data e como é que seria o processo de divulgação. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. A gente pode sugerir... Tem a segunda semana de abril, que é do dia 7 ao dia 11. Tem a terceira, mas a terceira tem feriado, né? A gente pode tentar fazer na segunda semana. Aí a gente faz a reunião virtual na semana que vem para planejar e tenta fazer na segunda semana de abril. Pode ser? E aí, a divulgação pela Secretaria Executiva e tal. A gente tenta marcar. E depois, Poli, a gente conversa. **Elder, Sedese:** É, 11 então não seria. Do dia 7... entre o dia 7 e 10. E a gente convida todo mundo para participar. Também . **Marcelo, OAB:** Muito obrigado... Marcelo, OAB. Muito obrigado, Elder. Próxima comissão, Comissão de Política. **Edlene, Secretaria Executiva:** Eu vou ler a súmula, porque a coordenadora da comissão não está, e aí eu vou ler aqui no lugar dela. Parte das demandas das pautas da Comissão de Política já foi discutida mais cedo, né? Então, acho que não há necessidade de eu repetir. E as outras pautas discutidas ontem pela Comissão de Política foi o planejamento, né, da comissão para 2025, mas eu também não vou falar sobre essa pauta aqui. Por quê? A comissão tem um projeto, né, que gostaria de apresentar para a plenária, e a coordenadora gostaria de fazer isso ela mesma. Então, a gente vai apresentar o planejamento da Comissão de Política na próxima plenária, juntamente com essa proposta que a coordenadora... a coordenação vai trazer. Outro ponto da Comissão de Política que foi discutido ontem também foram as denúncias. Temos denúncias que estão em andamento, como é o caso do município de Carandaí, Juiz de Fora, mas já foram dadas as devidas tratativas, então a comissão está só no acompanhamento. Temos duas demandas que as tratativas ainda estão sendo dadas, que é do município de Contagem; já foram enviados ofícios, já foram feitos contatos telefônicos, e a comissão está aguardando o retorno do CMAS do município para que a gente dê continuidade às tratativas. E outra denúncia é do município de Prata, e é uma denúncia extremamente complexa, e depois de ter lido o teor da denúncia, a comissão entendeu que será necessário buscar ajuda de outras instâncias. Ou seja, a gente vai acionar novamente a Mesa Diretora e tentar buscar apoio também da SUBAS, porque a comissão entendeu que a complexidade da denúncia exige uma atenção maior

e acionar outros atores para que sejam dadas as devidas tratativas com assertividade para que não sejam... na tentativa de resolver, ocasionar um problema maior. É isso.

Ludmilla, Cress-MG:: Só para contribuir com a questão das denúncias, coincidentemente, eu trabalho na Secretaria Executiva do CMASC de Contagem, e eu queria que você me informasse o e-mail que foi encaminhado, porque nós nunca recebemos nada da comissão lá, não. Provavelmente está tendo algum equívoco no e-mail. Confere comigo. **Edlene, Secretaria Executiva:** O e-mail foi encaminhado para o e-mail da Maria da Glória, e a gente... Ah, tá, um encaminhamento ontem, inclusive, da comissão. **Ludmilla, Cress-MG::** Ah, tá. Então foi... não foi encaminhado para a Secretaria Executiva; foi encaminhado diretamente para a presidente? **Edlene, Secretaria Executiva:** Isso. **Ludmilla, Cress-MG::** Ah, ok. **Edlene, Secretaria Executiva:** Aí como a gente não teve retorno, a gente encaminhou ontem, que a gente vai enviar também para a Secretaria Executiva, uma vez que a gente não teve o retorno do CMAS. **Ludmilla, Cress-MG:** Não, ok, então só... Podia colocar ali que foi enviado... a data que foi enviado para a presidente, e não para a Secretaria Executiva. **Edlene, Secretaria Executiva:** Não, ali é o encaminhamento. “Enviar”. **Ludmilla, Cress-MG:** Ah, tá. Enviar. Ok. **Edlene, Secretaria Executiva:** Não foi enviado ainda. **Ludmilla, Cress-MG:** Obrigada. **Edlene, Secretaria Executiva:** É o encaminhamento que ainda vai enviar, tá bom? **Sandra, Sintibref:** Só vou falar uma coisinha, Sandra. **Sandra, Sintibref:** adicional. Não, inclusive... Sandra, SINTIBREF. Aconteceu também no processo eleitoral. Você lembra? Que a gente só conseguiu... que eu falei: Mas nós mandamos um e-mail. Você falou assim: “Não, mas a gente não recebeu”, porque ocorreu o processo eleitoral, o SINTIBREF até... né, está em continuidade lá da eleição, e quando a gente discutiu esse tema de Contagem, a gente... Eu até gostaria de ter tido a resposta antes desse novo mandato, que está começando, que pode vir novos conselheiros, né, que seriam eleitos, como já aconteceu no dia 3, né? Dia 13. Então, tem outra composição lá, não sei se renovou muito, o SINTIBREF continua enquanto representante do trabalhador lá, mas a gente fez o esforço de ser antes, mas ainda não obtivemos a resposta, para não deixar para o novo mandato. Obrigada. **Elder, Sedese:** Votação. Mais algum inscrito? Que a gente pode votar os encaminhamentos da Comissão de Política então. Então, conselheiros que concordam com os encaminhamentos da Comissão de Política, por favor, se manifestem levantando a plaquinha. Conselheiros que reprovam os encaminhamentos. **Elder, Sedese:** Abstenções? **Elder, Sedese:** Por um momento achei que você ia falar. **Elder, Sedese:**

Ok. Próxima comissão então é... Acabou. Acabou. **Elder, Sedese:** Acabou? Acabou, presidente. Presidente! Ê, presidente, acabou! **Elder, Sedese:** É, o pessoal falou que tem que ler a resolução do GT da Comissão Eleitoral. **Elder, Sedese:** E Mariana... Ah, ela pediu para chamar ela quando acabasse. **Rosalice, Cmssvp:** Cadê Mariana? Está ali. Mariana. **Marcelo, OAB:** (interrupção no áudio) como nós estamos eficientes, né? Uma demanda tão grande nesta plenária e nós conseguimos vencê-la às 14h, né? Ainda não. **Marcelo, OAB:** Ainda não, né, mas conseguimos alguma coisa. Agora nós vamos ouvir a Mariana, que vai falar para nós sobre... **Rosalice, Cmssvp** A composição do CEAS, que está lá na-- **Marcelo, OAB:** Ah, sim, do processo da legislação de alteração da lei do CEAS. **Mariana, Sedese:** Que não está. **Mariana, Sedese:** Mariana, SEDESE. Então, o que acontece? Ano passado a gente mandou para a SEGOV, que a Secretaria de Governo que faz a instrução dos projetos de lei. No final do ano, a SEGOV falou que não seria possível fazer por causa de outras demandas do governo, de projeto de lei, de final de orçamento, PPAG. Então não foi para a Assembleia no ano passado. Esse ano, com a troca de secretário de Governo, eu já tinha pedido novamente uma reunião com a assessoria da SEGOV para tratar desse assunto, eles falaram que ainda não tinha previsão porque a Assembleia retornou em fevereiro, e aí já no iníciozinho de março, teve a troca do secretário de Governo. Então, por essas razões, o projeto não foi encaminhado para a Assembleia. Eu não tenho data, já cobre... Porque da parte da SEDESE, o que a gente faz, só para vocês entenderem? A gente, enquanto área finalística, né, elabora o documento, manda para a nossa assessoria jurídica, que faz uma primeira análise jurídica, depois manda para a Secretaria de Governo, que é onde faz essas propostas legislativas, porque vai depois, né, com a assinatura do governador, como projeto de lei para depois tramitar lá na Assembleia. O que acontece é que a gente mandou para a Secretaria de Governo, só que a Secretaria de Governo alegou outras questões e prioridades e discussões entre Executivo, Legislativo, projeto de lei, lei orçamentária, PPAG, e aí esse projeto de lei, ele ainda não foi encaminhado. Então, a situação atual é que não temos alteração da lei ainda, e aí, eu acredito... Na última reunião que eu tive com a assessora da SEGOV, eu falei: Olha, se não for até abril... Acho que para nós o limite máximo seria abril/maio, porque nós já temos um processo de conferência e uma nova eleição prevista para outubro. Se não houver alteração, a gente vai seguir com a lei da forma como ela está hoje. Então, hoje a situação é essa. Aí minha... então, na... já sugestão de encaminhamento aqui, se vocês acharem, né, viável : eu acho que é mais viável a gente definir um prazo... Nós estamos

no final de março. Se até a gente chegar aí no finalzinho de abril, a gente não tiver nenhum envio para a Assembleia Legislativa, fazer o processo com a legislação atual.

Marcelo, OAB: Marcelo, OAB. Mariana, eu gostaria de fazer uma sugestão, se for possível, e acredito que vocês já devem também estar pensando dessa forma. Existe a possibilidade dos regimes de urgência em processo de votação. E nós temos, inclusive, justificativa para essa urgência, que é a conferência em outubro, né? Se conseguirmos que ele vá antes desse período e em regime de urgência, eu acho que talvez a gente consiga. Então fica a sugestão, né? Muito obrigado, viu, Mariana? **Mariana, Sedese:** Eu... Então... Mariana, SEDESE. Para o CEAS ainda fortalecer a SEDESE, se pudesse tirar como encaminhamento só um ofício dessa plenária para a SEDESE... porque aí eu vou juntar esse ofício para a SEGOV e falar: Olha, esse assunto, ele é muito importante, a gente tem pressa nele, porque se não for para a Assembleia, nós... né? Vai... **Marcelo,**

OAB: Ok. Acredito que os conselheiros acatam essa proposta. **Poliana, Secretaria Executiva:** Marcelo. Marcelo. **Marcelo, OAB:** Pergunto se todos estão de acordo de a gente encaminhar um ofício...

Elder, Sedese: Espera aí, espera aí. **Marcelo, OAB:** Só um minuto. Poliana. **Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. Só para reforçar, a Comissão de Normas, ela deliberou isso na reunião passada, sobre esse ofício. Então já foi encaminhado. **Elder, Sedese:** Já? **Poliana, Secretaria Executiva:** Solicitando. **Mariana, Sedese:** Aí depois você me passa o SEI, porque eu não vi, não.

Marcelo, OAB: Mas nesses termos, pedindo que seja com urgência? **Poliana, Secretaria Executiva:** Exatamente. **Marcelo, OAB:** Ah, então já foi encaminhado, Mariana. Que ótimo. **Marcelo, OAB:** É, mas vamos reforçar mais este ofício, né?

Todos estão de acordo de a gente enviar ratificando? Então vai enviar outra? **Marcelo, OAB:** Favoráveis? . Não. É só **Marcelo, OAB:** Contrários? Abstenção? Muito obrigado.

Marcelo, OAB: A resolução do processo eleitoral, já temos ela no jeito para ser lida? **Marcelo, OAB:** Mais um, Poli. **Marcelo, OAB:** Sobe. Resolução CEAS-MG 883, de 21 de março de 2025. “Dispõe sobre a criação e composição da comissão responsável pela coordenação do processo eleitoral do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, gestão 2026-2027”. É 25 a 27. **Marcelo, OAB:** É 25-27, Acredito. Pode descer. Tirando o considerando, “resolve: Art. 1º: Criar a Comissão de Coordenação do Processo Eleitoral da Composição do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) gestão 2025-2027 com os seguintes componentes: Sandra Regina Ferreira Barbosa, Simone Maria da Penha de Oliveira, Isac dos Santos Lopes, Wellington Donizete Marques de Lima, Patricia Pinto Valadares”. E aqui também temos

o nome da Fernanda. Fernanda também está. Acho que é o segundo mandato seu, Fernanda? **Marcelo, OAB:** Ah, a Fernanda está saindo do conselho lá do município, né? Está certo. “Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Isac. **Isac, Ccqamrd:** Isac, Comissão de Quilombolas do Rio Doce. Eu estou na dúvida ali: a gestão vai ser 26 a 27, não é não? **Isac, Ccqamrd:** Porque eles são eleitos em 25, mas eles fazem gestão de 26, né? Tem a plenária em dezembro. É. **Marcelo, OAB:** Em dezembro já temos a plenária, pelo que foi dito aqui. Foi o que ocorreu inclusive com a gente, quando foi eleita, inclusive, a Mesa Diretora. **Elder, Sedese:** Tanto é que esse mandato é 23-25. É. Aí você tem duas. **Marcelo, OAB:** Gente, é 25, 25-26, 26-27, dois anos, é 25. **Ester, Sedese:** Não. Exatamente, gestão 2023.. Se é uma gestão 2023 a 2025 e a outra gestão, 2025-2027, você tem duas gestões em 2025. Não faz sentido. **Simone, CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. É porque a gente vai terminar o mandato em dezembro ainda, que está no ano vigente de 2025. Então, eles tomam posse em 2025. Então, é 2025 a 2027. **Simone, CFR:** E tem plenária em dezembro, em seguida. **Elder, Sedese:** Gente, em dezembro tem plenária, deliberação, aprovação e gestão. É 25-27. Se vocês pegarem todas as resoluções, é sempre assim. É. **Elder, Sedese:** É confuso mesmo. E nosso mandato é 23-25. A gente sai no dia 15...**Marcelo, OAB:** Conselheiros. **Marcelo, OAB:** Bom, resolvidas essas questões... Tem que aprovar essa resolução? Tem. **Marcelo, OAB:** Conselheiros favoráveis à resolução, por favor, levantem o crachá. Muito obrigado. Contrários? Abstenção? Aprovada a resolução. Com isso, nós encerramos os nossos trabalhos de hoje, agradecendo a todos pela participação, aos nossos visitantes ilustres, filhos do companheiro Luizão, e que sejam todos... voltem, retornem para suas casas com muita saúde e paz. Muito obrigado a todos. Até a próxima. **Poliana, Secretaria Executiva** Pessoal, hoje é aniversário da Macielle. **INTERLOCUTORES FALAM AO MESMO TEMPO:** Parabéns para você, nesta data querida, muitas felicidades, muitos anos de vida!